DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, terça-feira, 31 de janeiro de 1.978 — ANO II - Nº 22

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº. 4.068 DE 26 DE janeiro DE 1978

Aprova o Projeto do Sistema de Preservação e Rècuperação da Informação pela Microfilmagem e dá outras providências.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado, na forma do anexo único que acompanha este Decreto, o Projeto do Sistema de Preservação e Recuperação da Informação pela Microfilmagem-SPRIM, a ser implantado no Arquivo Central, da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Art. 2º - O Secretário de Administração baixará ato estabelecendo os procedimentos indispensáveis à execução deste Decreto.

Art. 3º - O presente Decreto integra o Livro IV da Consolidação das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 5º, do Decreto nº 1891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

OBJETIVO

O objetivo deste PROJETO é a implantação definitiva do SISTEMA DE PRESERVAÇÃO e RECUPERAÇÃO da INFORMAÇÃO pela MICROFILMAGEM (SPRIM), que foi orientado para aplicação nos processos arquivados a partir de 1960 do Arquivo Central da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

As diretrizes do sistema foram definidas após vários contatos, reuniões, discussões entre o pessoal diretamente interessado e técnicos da Digital. Durante as mesmas foram analisados os mínimos detalhes, que envolviam soluções para problemas passados, e estabelecendo normas para procedimentos futuros, a fim de assegurar ao Projeto a consistência necessária para uma longa vida.

Com o início da microfilmagem, propriamente dita, sentir-se-á que, aos poucos, irão desaparecendo as necessidades de grandes espaços para guarda de papéis e a preocupação de que um sinistro destrua tão importante fonte de informação. Assim os benefícios com os ganhos de espaço, segurança, e rapidez na busca da informação, poderão ser perfeitamente aferidos.

Foi utilizada uma linguagem bastante simples a fim de evitar que este Projeto fique somente circunscrito a uns poucos iniciados em microfilmagem. Para um efeito bastante didático dividiu-se o presente Projeto em sete partes, descritivas e expositivas, ou sejam:

1. Fluxogramas
   Análise gráfica de todos os procedimentos envolvidos desde a existência de um processo arquivado até sua reconstituição em cópias de papel tiradas dos fotogramas.

2. Preparação de Documentação
   Cuidados e normas de tratamento de documentação a ser microfilmada visando uma posterior recuperação rápida e eficiente.

3. Preservação da Informação
   Aspectos ligados, tecnicamente, a produção e processamento dos rolos de microfilmes, tanto os originais como os de manuseio.

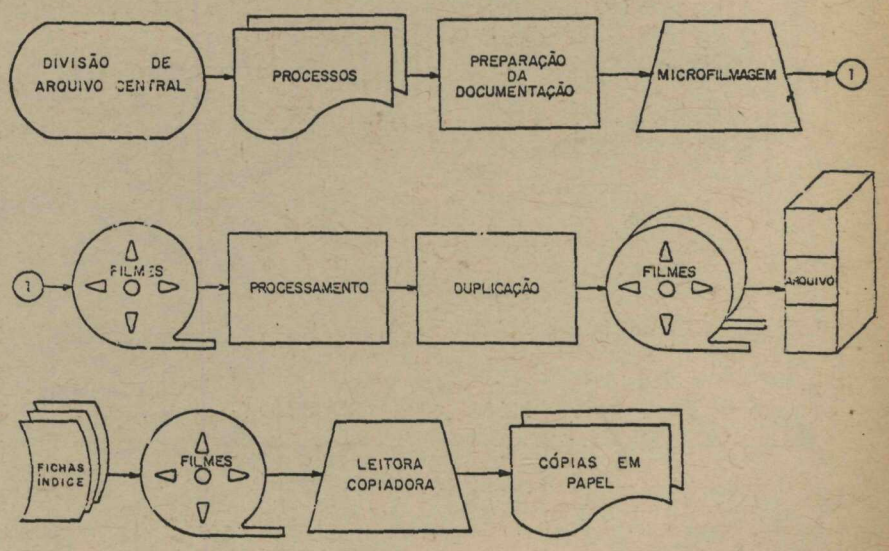
4. Recuperação da Informação
   Descrição das várias possibilidades de consulta do sistema.

5. Manutenção do Sistema
   Considerações sobre alternativas de emi são das fichas de indexação.

6. Modelos
   Formulários que serão utilizados para o atendimento dos diversos serviços descritos neste Projeto.

7. Testes
   Apresentação dos vários testes executados para a determinação das normas e procedimentos tecnicos do sistema.

MACRO – FLUXOGRAMA



MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6º Andar

Telefones: Direto: 225.7803 - PABX - 225.6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES
Anual ..... Cr$ 400,00
Semestral ..... Cr$ 200,00

FUNCIONÁRIOS
Anual ..... Cr$ 300,00
Semestral ..... Cr$ 150,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 325,00 anuais.

MATÉRIA PAGA

Por centimetro de coluna.
Órgãos Governamentais ..... Cr$ 6,40
Particulares ..... Cr$ 10,00

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais, para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

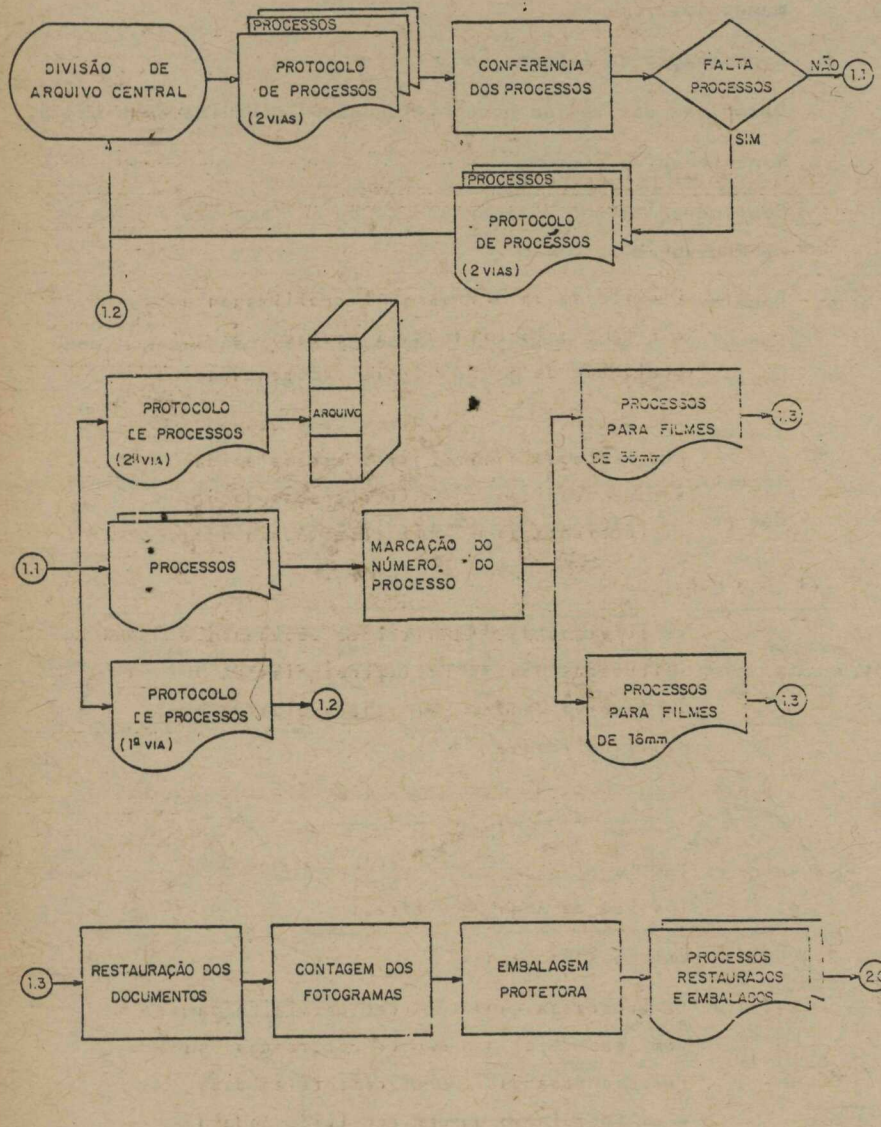
Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos, e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

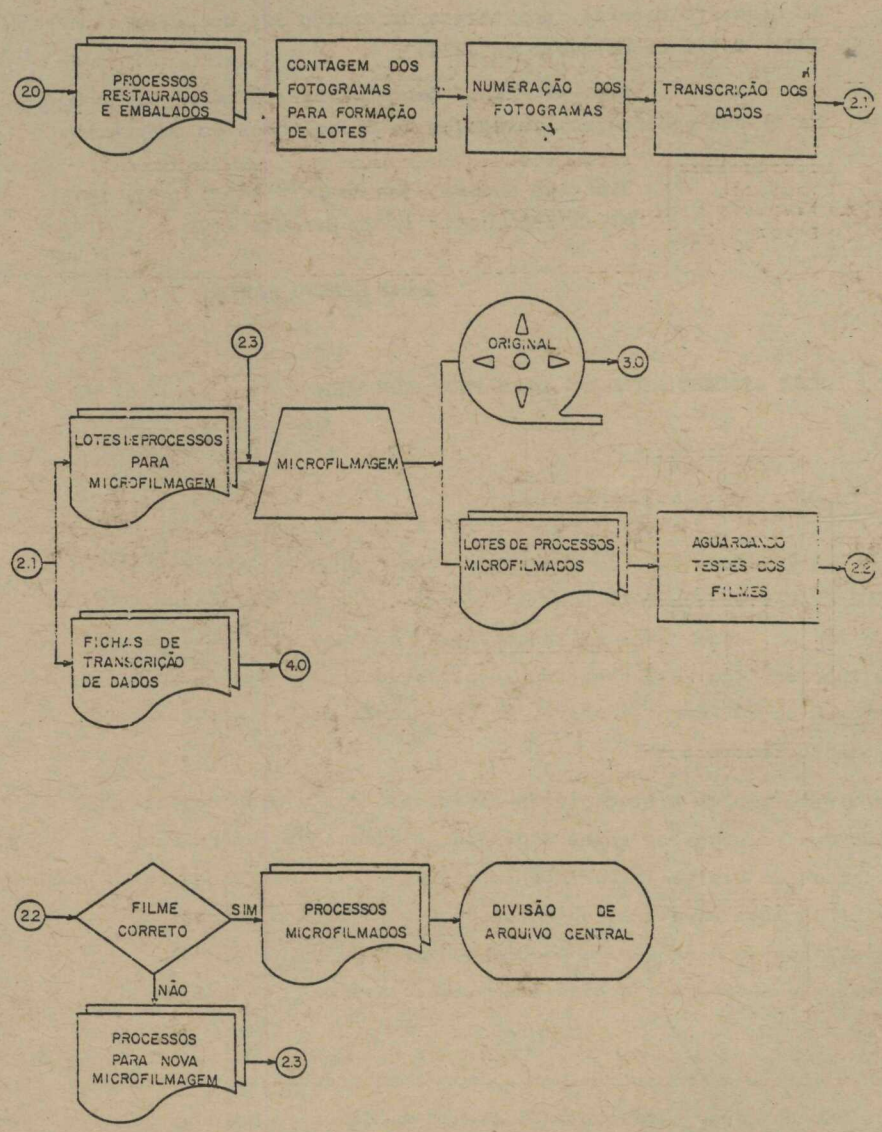
Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

-(Decreto nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199 SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24 06 76).

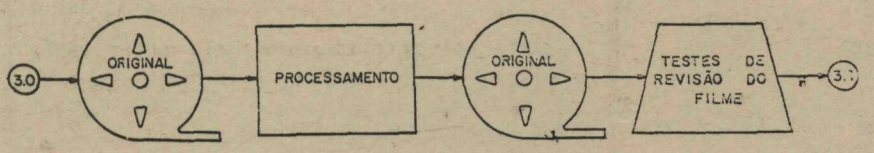
1. PREPARAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

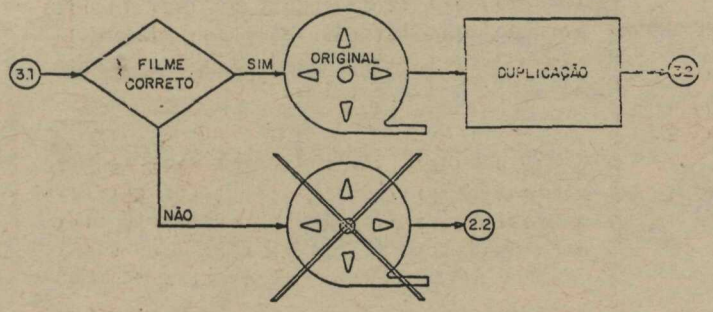


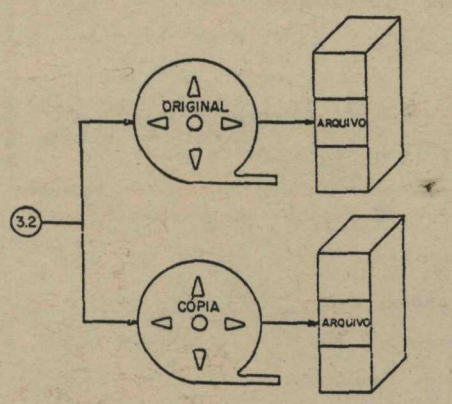
2. MICROFILMAGEM



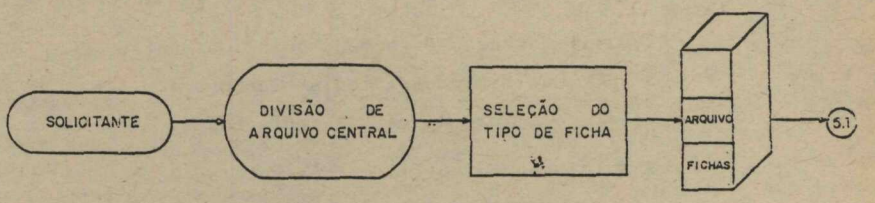
3. PROCESSAMENTO DOS FILMES

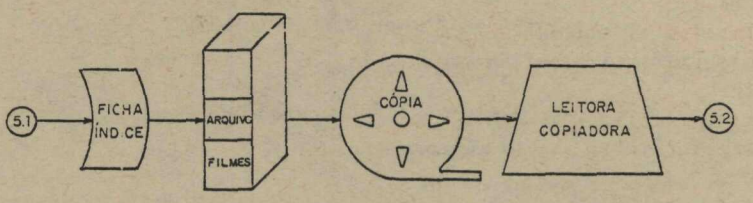


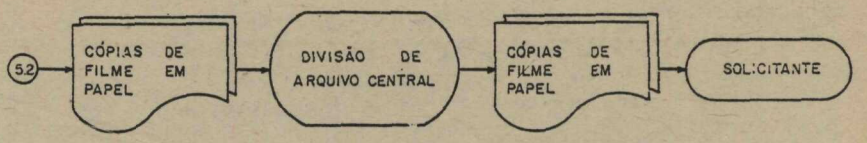




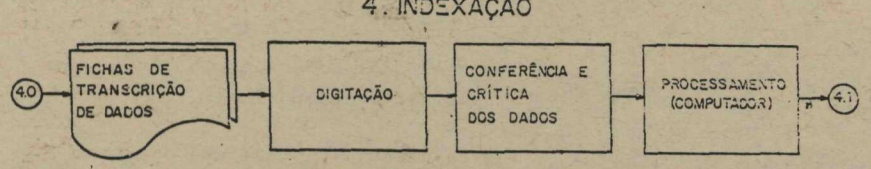
5. RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

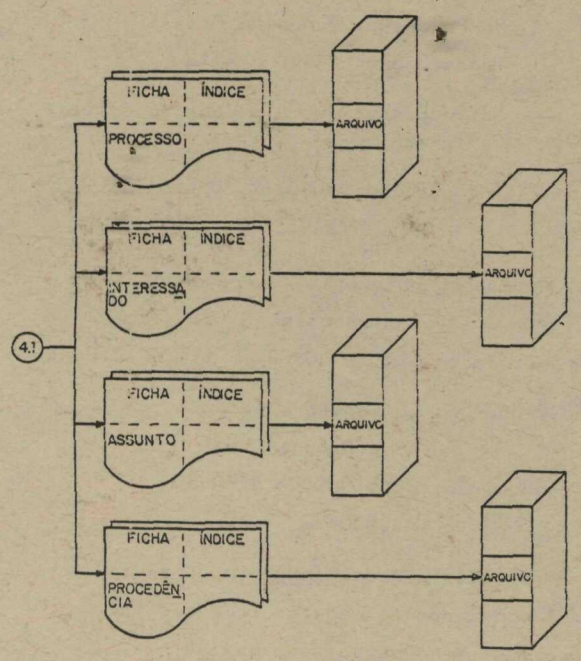






4. INDEXAÇÃO





2. PREPARAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 Importância

2.1.1 O êxito de um Sistema de Microfilmagem esta direta e principalmente vinculado à qualidade da preparação da documentação.

Por este motivo, as normas de tratamento da documentação somente foram estabelecidas após várias reuniões com a Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa.

2.2 Local

2.2.1 Os serviços de Preparação da Documentação serão executados dentro das dependências da Divisão de Arquivo Central, em sala exclusiva para tal finalidade.

2.2.2 A execução destes serviços será feita por pessoal previamente selecionado e treinado pela Digital e terá supervisão direta da Divisão de Arquivo Central.

2.3 Recebimento dos Processos

2.3.1 Os Processos, após seleção prévia feita pela Comissão de Eliminação de Documentos, serão relacionados datilograficamente em duas vias e em formulário apropriado (vide modelo 1), sendo a segunda via encaminhada para a Microfilmagem (Digital), como protocolo de recebimento.

2.4 Conferência dos Processos

2.4.1 Após o recebimento dos Processos será feita uma conferência do material contra a relação datilográfica e em seguida efetuados os seguintes serviços;

2.4.1.1 Marcação do número principal do Processo, utilizando-se lápis hidrográfico de cor exclusiva dos conferentes.

2.4.1.2 Separação física dos Processos que contém plantas ou fotografias, para microfilmagem em filmes de 35 mm.

2.4.1.3 Retiradas de grampos e restauração de documentos, quando o seu estado estiver precário, causando dificuldade na leitura do texto.

2.4.1.4 Contagem dos fotogramas por Processo e anotação da quantidade no rodapé da capa do Processo.

2.4.1.5 Acondicionamento especial dos lotes de documentos propiciando maior proteção aos Processos já restaurados.

2.5 Preparação do lote

2.5.1 Considera-se lote um conjunto de documentos que dará origem a um rolo de filme.

Para efeito de formação de um lote será considerada uma quantidade de, aproximadamente, 2.500 fotogramas para filmes de 16mm e 600 fotogramas para filmes de 35mm. Nestas quantidades estão incluídas as Imagens de Abertura e Encerramento, bem como os "Flashes" indicadores de início de um Processo.

2.5.2 Através de uma máquina de somar, com bobina de papel, serão acumuladas as quantidades de fotogramas assinaladas no rodapé da capa do Processo, conforme procedimento descrito no item 2.4.1.4. Quando o somatório dos fotogramas atingir as quantidades citadas no item 2.5.1 será considerado formado o lote.

2.5.3 Após a formação de um lote, todos os documentos, inclusive os "Flashes" e Imagens, serão numerados com um carimbo numerador. A numeração iniciar-se-á em 0 0 0 1 e confirmará a soma prévia feita conforme item 2.5.2. Esta numeração será colocada no rodapé inferior direito dos documentos. Quando esta parte não puder ser carimbada, o número deverá ser colocado o mais próximo possível do local reservado para este fim, sem causar prejuizo para a leitura do texto.

Esta numeração tem importância vital para o Sistema, pois é a base da Indexação para a recuperação eficiente da informação.

2.6 Transcrição de Dados

2.6.1 Após cumpridas todas as etapas já descritas, o Rolo de Filme receberá um número identificador.

2.6.2 Neste ponto, os dados que serão impressos nas Fichas Índice estarão em condições de serem transcritos. Para esta transcrição serão utilizados formulários especiais (Modelo II) já gabaritados para receber as informações básicas. Para efeito de padronização na transcrição dos dados, serão observadas as normas descritas a seguir;

2.6.3 Número do Processo. O Número do Processo, previamente assinalado conforme item 2.4.1.1, será transcrito juntamente com o ano a que se refere a numeração. O ano será transcrito com 3 algarismos (centena) a fim de evitar futuras confusões, uma vez que o Sistema está projetado para operar por mais de cem anos.

2.6.4 Nome do Interessado. Transcrito, integralmente até a capacidade máxima do campo previsto (30 caracteres). Será considerado como Interessado o nome que aparecer, nesta parte, na capa do Processo. Para efeito de padronização serão observadas as seguintes normas;

2.6.4.1 Nas Repartições Governamentais será utilizada somente a sigla de acordo com a Relação de Siglas fornecida pela Divisão de Arquivo Central. Quando a Repartição não constar da referida Relação será transcrito o nome integralmente, observando-se, porém, as normas contidas neste item.

2.6.4.2 A palavra Companhia será sempre transcrita como Cia.

2.6.4.3 As palavras de, da, do, das, dos, e e, serão sempre suprimidas; exceto nos nomes de pessoas físicas.

2.6.4.4 Exemplos da normas acima:

No Processo: Administração Regional de Sobradinho
Transcrição: AR V

No Processo: Departamento de Turismo
Transcrição: DETUR

No Processo: Tribunal de Contas do Distrito Federal
Transcrição: TRIBUNAL CONTAS D F

No Processo: Banco do Brasil
Transcrição: BANCO BRASIL

No Processo: Joaquim José da Silva Xavier Filho
Transcrição: JOAQUIM JOSÉ DA SILVA XAVIER F

No Processo: Companhia de Transportes Internacional
Transcrição: CIA TRANSPORTES INTERNACIONAL

No Processo: Construtora Affonso Albuquerque Ltda
Transcrição: CONSTRUTORA AFFONSO ALBUQUERQ

2.6.5 Assunto. Será considerado Assunto o conteúdo deste campo constante da capa do Processo que será transcrito até a capacidade máxima prevista para o campo (30 caracteres). Como não existe padronização na descrição do Assunto na capa do Processo, serão transcritas apenas as "palavras chave", que visam permitir e facilitar a consulta de Processos microfilmados, no caso de desconhecer-se o Número do Processo.

A fim de evitar grandes grupamentos de palavras sem maior significação, tais como; Pagamento, Aquisição, Concessão, etc., estas palavras serão transcritas após a palavra principal.

Exemplos;

No Processo: Aquisição de veículos para...
Transcrição: VEÍCULOS AQUISIÇÃO

No Processo: Pagamento de Horas Extras para o servidor ....

Transcrição: HORAS EXTRAS PAGAMENTO

No Processo: Pagamento da Fatura nº 345.330/76 emitida ...
Transcrição: FATURA PAGAMENTO

Apesar dos cuidados e normas adotadas para a padronização do Assunto, devido a sua enorme variedade e a falta de uma codificação, bem como a ausência de regras rígidas na sua descrição na capa do Processo, as Fichas Índice de Assunto deverão sofrer, após a sua emissão, uma revisão na classificação alfabética.

Esta revisão será feita pela Divisão de Arquivo Central que, com base em longa experiência, re-agrupará, manualmente, alguns assuntos de natureza idêntica ou correlata.

2.6.6 Procedência. Só será transcrita a Procedência quando a mesma vier previamente sublinhada em vermelho, conforme critério adotado pela Divisão de Arquivo Central.

Opcionalmente, constará também neste campo o Número do Processo ou o Número do Ofício gerado pelo Órgão de Origem (Procedência).

Para cada Procedência assinalada será transcrita a sigla correspondente, conforme relação fornecida pela Divisão de Arquivo Central. Caso a Procedência não conste na relação, será transcrito integralmente o nome do Órgão, observando-se os critérios definidos no item 2.6.4.

2.6.7 Processos anexos. Os processos anexos a um outro processo deverão, também, ter seus números transcritos na Ficha de Transcrição de Dados, em local apropriado para isso. Deve observar-se para a aludida transcrição o que está disposto em 2.6.3.

3. PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO

3.1 Microfilmagem

3.1.1 A Preservação da Informação será feita através da Microfilmagem, observadas as exigências legais vigentes.

Estamos considerando na implantação do sistema a Lei 5.433 de 8 de maio de 1968 e o Decreto-Lei nº 64.398 de 24 de abril de 1969 que regulamenta o assunto.

3.1.2 Através desta técnica torna-se possível a conservação das informações por longo período de tempo (teoricamente, acima de 300 anos), sem perda de qualidade dos filmes.

Evidentemente, a durabilidade dos filmes está em função direta das condições ambientais de seu armazenamento e dos cuidados com o seu manuseio. Sobre este assunto o item 4.3 fornece maiores detalhes.

3.2 Equipamentos

3.2.1 Na microfilmagem dos documentos serão utilizadas somente microfilmadoras tipo "planetárias". Para os filmes de 16mm serão usadas máquinas de fabricação "Bell & Howell", modelo "Filemaster", e para filmes de 35mm, será empregado equipamento de fabricação "Kodak", modelo M R D 2.

3.2.2 A escolha de microfilmadoras planetárias foi feita após a análise minuciosa da documentação, considerando-se variação de formato, estado de conservação e gramatura de papel.

3.2.2.1 As microfilmadoras tipo "Planetárias" produzem uma melhor qualidade fotográfica. As microfilmadoras do tipo "rotativas", embora apresentem uma maior produtividade, geram fotogramas com qualidade inferior em relação as microfilmadoras "planetárias".

3.2.2.2 As microfilmadoras "planetárias" permitem a microfilmagem de documentos em qualquer estado de conservação, sem incorrer em riscos de danificar ou dilacerar a documentação, o que não ocorre com as "rotativas".

3.2.2.3 Embora de custo operacional bem maior que as microfilmadoras "rotativas", as razões acima expostas justificam a escolha de equipamento "planetário", principalmente se considerarmos a natureza e importância dos documentos a serem microfilmados (Processos).

3.3 R e d u ç ã o

3.3.1 Para os filmes de 16 mm, foi estabelecida a redução de 29 x, pelas seguintes razões;

3.3.1.1 Permite microfilmar em um fotograma, sem fracionamento, documentos de até 31,5 x 43,5 cm.

3.3.1.2 A Leitora Copiadora a ser utilizada (vide item 4.2) aceita lentes de 29 x de magnificação, o que permite a obtenção de cópias em papel do tamanho do documento original, conforme solicitação da Divisão do Arquivo Central.

3.3.2 Para os filmes de 35 mm foi estabelecida a redução de 19 x, pelas seguintes razões;

3.3.2.1 Permite microfilmar em um fotograma, sem fracionamento, documentos de até 59 x 84 cm.

3.3.2.2 A Leitora Copiadora a ser utilizada (vide item 4.2) aceita lentes de 19 x de magnificação, o que possibilita a obtenção de cópias de papel que, montadas, dariam uma cópia do tamanho original, conforme solicitação da Divisão de Arquivo Central.

3.4 F i l m e s

3.4.1 Serão utilizados filmes em rolo de 100 pés (30,5m) de comprimento, dentro das características exigidas pelo Decreto 64.398.

3.4.2 Os filmes originais de câmara serão do tipo A H U de fabricação "Kodak" ou de outro fabricante, desde que atendam as exigencias do Decreto acima citado.

3.5 O p e r a ç ã o

3.5.1 Os serviços de operação de Microfilmagem serão executados dentro das dependencias da Divisão de Arquivo Central, em sala preparada para este fim, com voltagem e refrigeração adequadas. Os serviços serão feitos por pessoal selecionado e treinado pela Digital. Posteriormente, poderá ser treinado pessoal da própria Divisão de Arquivo Central para estas atividades.

3.6 Normas de Operação

3.6.1 Todo Processo que possua plantás com dimensões superiores a 31,5 x 43,5 cm ou fotografias, será microfilmado totalmente em 35mm. Os demais Processos serão microfilmados em filmes de 16mm.

3.6.2 A fim de padronizar procedimentos e evitar decisões por parte dos operadores, todo documento constante do Processo será microfilmado separadamente, gerando um fotograma.

3.6.3 O verso dos documentos, sempre que contiver anotações, será microfilmado, gerando também um fotograma.

3.6.4 Os documentos serão microfilmados, sempre que possível com o cabeçalho voltado para a esquerda do operador (Comic Mode).

3.6.5 O primeiro fotograma de cada rolo de filme será o Cartão Teste de Resolução (Microcopy Resolution Test Chart). Este cartão será microfilmado no início, no meio (aproximadamente) e no fim de cada rolo.

3.6.6 O segundo fotograma de cada rolo de filme será a Imagem de Abertura (modelo III), prevista no Decreto 64.398.

3.6.7 Precedendo cada Processo será microfilmado por duas vezes consecutivas um "Flash" (modelo V). Este "Flash" além de indicar o início de um Processo microfilmado, poderá, eventualmente auxiliar a pesquisa visual no rolo de filme.

3.6.8 O penúltimo fotograma de cada rolo de filme (o último será o Cartão Teste de Resolução) será a Imagem de Encerramento (modelo IV) prevista no Decreto 64.398.

Processamento de Filmes

3.7.1 O processamento dos filmes será feito inicialmente no Rio de Janeiro, até a instalação de um laboratório da Digital em Brasília.

3.7.2 Serão observadas as exigências contidas no Decreto 64.398, no que se refere ao controle de qualidade do filme produzido.

R e v i s ã o

3.8.1 Após o processamento do filme serão feitos os testes de densidade. Caso o filme esteja dentro dos limites permissíveis, o mesmo será encaminhado para a revisão das operações de microfilmagem.

3.8.2 A revisão será feita acompanhando-se a sequência numérica dos fotogramas, colocada através de um carimbo numerador, conforme item 2.5.3.

3.8.3 Caso não haja problemas de operação o filme será encaminhado para a duplicação.

3.9 Duplicação

3.9.1 A duplicação dos filmes originais de câmara será feita em filmes "Diazo". Como este filme permite a duplicação de "negativo para negativo" o Sistema fica uniformizado pois todos os filmes utilizados serão negativos.

3.9.2 Os filmes "Diazo" por não conterem substâncias orgânicas, não são tão exigentes quanto os filmes de "sais de prata" no que se refere às condições ambientais. Como o filme de manuseio será o filme duplicado, torna-se bastante atraente a utilização de filmes "Diazo".

3.9.3 Para efeito de aprovação deste tipo de filme foram efetuados vários testes com cópia em papel na Leitora Copiadora.

4. RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO

4.1 Fichas Índice

4.1.1 A recuperação da informação microfilmada será feita através de consultas às Fichas Índices. Para cada Processo microfilmado serão emitidas até 4 Fichas Índice (modelo V!).

Todas as Fichas possuem os mesmos dados informativos diferenciando-se uma das outras apenas pela indicação de sua ordenação.

4.1.2 As Fichas Índice serão utilizadas para localizar o Processo microfilmado. A pesquisa poderá ser feita pelas seguintes opções:
- Número do Processo
- Nome do Interessado
- Assunto
- Procedência

4.1.3 A pesquisa de um Processo será feita, na grande maioria das vezes pelo Número do Processo. As demais alternativas visam facilitar a localização de um Processo, no caso de desconhecimento do seu número.

4.1.4 Qualquer uma das Fichas indica o Número do Rolo do Filme em que se encontra o Processo Microfilmado. Para dar rapidez, facilidade e precisão na pesquisa do Processo dentro do Rolo de Filme, todas as Fichas possuem uma indicação dos números do primeiro e último fotograma de cada Processo. Estes números encontram-se no rodapé inferior direito de cada fotograma, conforme procedimento descrito no item 2.5.3.

4.1.5 Como a microfilmagem dos Processos poderá ser feita aleatoriamente, toda e qualquer pesquisa de Processo deverá ser feita através das

Fichas e nunca através do arquivo físico dos rolos de filmes.

4.2 Cópias em Papel:

4.2.1 As cópias em papel serão obtidas através de uma Leitora Copiadora, modelo Motormatic MPG-TH, de fabricação "Kodak", que terá capacidade de ler e copiar filmes de 16 e 35 mm.

4.2.1.1 As cópias em papel terão dimensões de 28 cm de largura por até 35,5 cm de comprimento.

4.2.2 A Leitora Copiadora será instalada com duas lentes de magnificação de 29 e 19 x, para leitura e cópia de filmes de 16 e 35 mm, respectivamente.

4.2.3 A Leitora Copiadora será instalada nas dependências da Divisão de Arquivo Central, em ambiente refrigerado, de acordo com as recomendações do fabricante.

4.3 Armazenamento dos Filmes:

4.3.1 Os filmes, tanto os originais como cópias, deverão ser armazenados em arquivos especiais, fabricados para este fim. Tais arquivos possuem compartimento de "silicagel" e higrometro para controle de umidade do ar. Existem também modelos que possuem desumidificador elétrico, eliminando, desta forma, o uso de "silicagel". Entretanto, devido a baixa umidade do ar em Brasília, acreditamos que o arquivo com "silicagel" seja o mais indicado.

4.3.1.1 Os filmes deverão ser mantidos sob as seguintes condições ambientais, durante 24 horas por dia:

Temperatura entre 18 º e 22 º.

Umidade relativa entre 32 % e 40 %.

4.3.2 Os arquivos contendo os filmes originais deverão ficar em local distante dos arquivos dos filmes de manuseio, devendo-se evitar seu arquivamento no mesmo imóvel. Com isso pretende-se dar maior segurança na preservação dos filmes, evitando-se no caso de catastrofes, a possibilidade de destruir, simultaneamente, os filmes originais e cópias.

4.3.3 Estamos aconselhando a compra de seis unidades deste arquivos, sendo três para guarda dos filmes originais e três para os filmes de manuseio (cópias).

4.3.4 Os filmes serão acondicionados em carreteis de plastico ventilados, onde serão fixadas etiquetas com a sigla GDF.

4.3.5 Os rolos de filme serão guardados nas próprias caixas de papelão fauricadas pela Kodak. Estas caixas sofrem um tratamento quimico especial que aumenta a proteção contra a umidade e fungos.

5. MANUTENÇÃO DO SISTEMA

5.1 Processamento de Dados

5.1.1 Foi utilizado um Computador Eletrônico na emissão das Fichas Índice devido ao grande volume de Processos a ser microfilmado, acumulado durante um período de 16 anos.

5.1.2 Como sub-produto dos trabalhos do computador, as Fichas Índice poderão ser emitidas já fisicamente ordenadas, dentro de um critério lógico numérico ou alfabético.

5.1.3 O uso do Computador poderá ser também considerado vantajoso no caso de uma re-emissão total ou parcial das fichas Índices, no caso de perda total ou parcial do fichário, ou mesmo em caso de recomposição das Fichas devido ao desgaste pelo uso.

5.2 Fichas Datilográficas

5.2.1 Se não fosse o grande volume de Processos arquivados as Fichas Índice poderiam ser datilografadas ou até mesmo preenchidas manualmente.

5.2.2 Desta forma não há dependência de um Computador para a manutenção do Sistema ora implantado. Todas as normas e procedimentos deste trabalho são aplicados integralmente tanto para as Fichas emitidas por Computador quanto para as Fichas emitidas datilográfica ou manualmente.

DIVISÃO DE ARQUIVO CENTRAL-CSDOA-SEA
SEÇÃO DE SELEÇÃO E PREPARO-DAC

DATA:	QUANT.:	Ass.do Selecionador
Nº DO PROJ.	A S S U N T O	
		MODELO

Recebí os processos acima citados
Brasília, / /1976

_____

FICHA
DE TRANSCRIÇÃO DE DADOS

ROLO | FOLHA | DATA

PROCESSO	ANO	INICIAL	FINAL	CÓD	ANEXO I	2
INTERESSADO						3
ASSUNTO						4
PROCEDÊNCIA						5

MODELO II

PROCESSO	ANO	INICIAL	FINAL	CÓD	ANEXO I	2
INTERESSADO						3
ASSUNTO						4
PROCEDÊNCIA						5

PROCESSO	ANO	INICIAL	FINAL	CÓD	ANEXO I	2
INTERESSADO						3
ASSUNTO						4
PROCEDÊNCIA						5

PROCESSO	ANO	INICIAL	FINAL	CÓD	ANEXO I	2
INTERESSADO						3
ASSUNTO						4
PROCEDÊNCIA						5

PROCESSO	ANO	INICIAL	FINAL	CÓD	ANEXO I	2
INTERESSADO						3
ASSUNTO						4
PROCEDÊNCIA						5

PROCESSO	ANO	INICIAL	FINAL	CÓD	ANEXO I	2
INTERESSADO						3
ASSUNTO						4
PROCEDÊNCIA						5

Imagem de Abertura

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
C S D C A

início da microfilmagem em 1º / 10 / 1976

Filme

codificação	número
CSDCA	0 0 0 1

Microfilmagem realizada pela DIGITAL – Estudos e Processamentos LTDA. - CGC 33.830.191/0001
FRRI - 347.475.00

Reg. no Ministério da Justiça 193

Têrmo

A documentação constante dêste filme foi submetida a prévia preparação e organizada sob orientação do detentor da mesma, sendo a microfilmagem realizada com observância das normas técnicas exigidas para a fiel reprodução em todos os detalhes.

responsável direto pela documentação

DIGITAL ESTUDOS E PROCESSAMENTOS LTDA.

responsável pela microfilmagem

Resumo do filme

Processos arquivados sob a responsabilidade da Divisão de Arquivo Central da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Observação: Todos os Processos contidos neste rolo encontram-se listados em relação propria.

MODELO III

a documentação constante dêste filme é continuação da microfilmada no de nº rolo inicial

Imagem de Encerramento

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
C S D C A

término da microfilmagem em 1º / 10 / 1976

Ordem da colocação dos documentos contidos neste filme:

Os processos estão microfilmados em sequencia crescente, dentro de cada ano. Como todos os documentos estão numerados em ordem crescente e consecutiva, poderá, eventualmente, haver Processos microfilmados fora de sequencia.

A recuperação far-se-á através de Fichas Índice individuais para cada Processo, contendo o número do fotograma inicial e final, que determina a localização física de um Processo dentro do rolo de filme.

FIM

Têrmo de Encerramento e Autenticação

Atesto que a microfilmagem da documentação constante dêste filme foi executada obedecidas as normas técnicas exigidas pelo Dec. nº 64.398 de 24 de abril de 1969, que asseguram a fiel reprodução daqueles documentos na sua integridade, inclusive para efeito de prova em juizo ou fora dêle.

responsável pela microfilmagem

MODELO IV

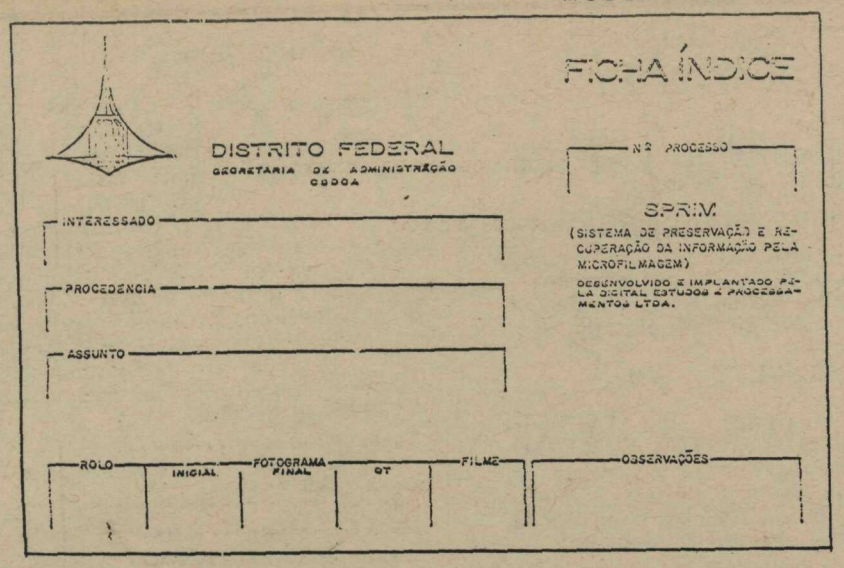
DIGITAL ESTUDOS E PROCESSAMENTOS LTDA.

a sequência da documentação contida neste filme tem continuidade no de nº 0002

[redacted]

MODELO V

MODELO VI



TESTES

6.1 Importância

6.1.1 Foram efetuados varios testes do Sistema a fim de comprovar a sua funcionalidade e validade dos diversos critérios e decisões tomadas. Estes testes revestem-se de grande importância pois certos procedimentos, uma vez adotados, tem caracter praticamente irreversível.

6.2 Teste de Funcionalidade

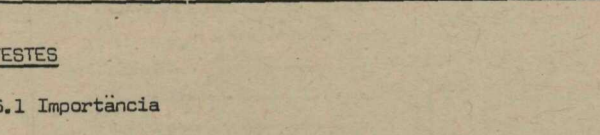
6.2.1 Foram microfilmados 30 Processos, gerando cerca de 1.000 fotogramas, obtendo-se um Modelo do Sistema, a fim de testar todas as suas alternativas e facilidades de consultas. Os resultados foram altamente satisfatórios e para o Modelo apresentado o tempo médio de localização de um Processo foi de 15 segundos.
Este tempo foi medido a partir da colocação do rolo do microfilme na Leitora. Este teste, devido ao seu volume não foi anexado ao Projeto, sendo entregue diretamente a Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa.

6.3 Teste de Resolução (16mm)

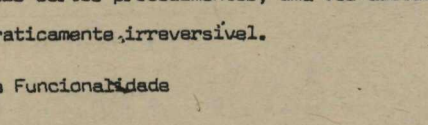
6.3.1 O Cartão Teste de Resolução foi microfilmado, juntamente, com um documento extraido de um Processo, cinco vezes consecutivas, variando apenas a velocidade de abertura do obturador da planetária "File Master". As velocidades utilizadas foram 7, 8, 9, 10 e 11, para os fotogramas 1, 2, 3, 4 e 5, respectivamente.

O fotograma nº 3 foi ampliado 80 vezes, em microscópio, e o menor grupo legível foi 4.5. Multiplicando-se este numero (4.5) pela redução usada (29 x) o resultado foi de 130 linhas por milimetro de resolução.

Um microfilme é considerado aceitável quando o numero de linhas por milimetro é superior a 90. No teste feito o índice de resolução é 44% superior ao índice mínimo permitido.



6.3.2 Os fotogramas abaixo contém o Cartão Teste de Resolução (6) e um documento extraido de um processo (7), microfilmados isoladamente com redução 29x e com velocidade de obturador 9.

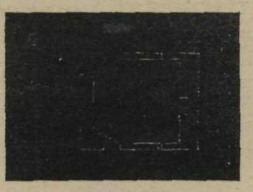


6.4 Teste de Resolução (35mm)

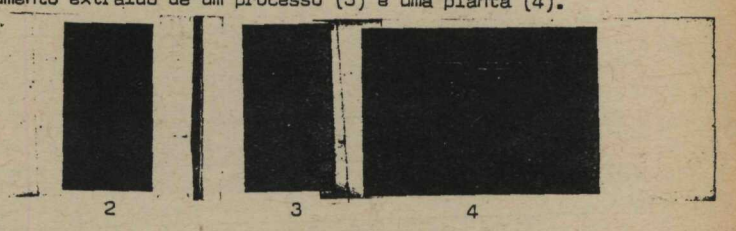
6.4.1 O Cartão Teste de Resolução foi microfilmado juntamente com uma planta (vide fotograma abaixo). O referido cartão foi ampliado em microscópio 80 vezes e o menor grupo legível foi 5.6.

Multiplicando-se este numero (5.6) pela redução utilizada (19 x) obtem-se o resultado de 106 linhas por milimetro de resolução.

Um microfilme é considerado aceitável quando o numero de linhas por milimetro é superior a 90. No teste feito o índice de resolução é 18% superior ao índice mínimo exigido.



6.4.2 Os fotogramas abaixo contém o Cartão Teste de Resolução (2), um documento extraido de um processo (3) e uma planta (4).



6.5 Teste de Densidade (16mm)

6.5.1 Ainda com base na tira de filme anexa ao item 6.3 foram testados as densidades dos fotogramas. Nestes testes foi utilizado um densitometro digital, modelo "Digimatic" de fabricação "Bakey-Ascor".

A área utilizada na medição foi uma parte em branco do documento microfilmado nos fotogramas, e os resultados foram os seguintes;

Fotograma	Velocidade	Indice
1	7	1,26
2	8	1,11
3	9	0,97
4	10	0,86
5	11	0,53

Com base nos resultados acima, foi determinado que a velocidade obturador a ser utilizada na planetária "File Master" será 9 (nove). Para estes testes foram utilizados filmes A H U, de fabricaçao KODAK.

6.5.2 O segmento do filme abaixo contém todas variações de exposição (densidade) possiveis na microfilmadora "File Master".

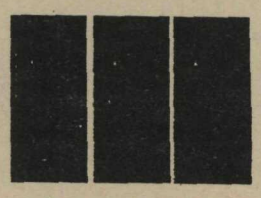


6.6 Teste de Densidade (35mm)

6.6.1 Os fotogramas abaixo foram examinados por um densitometro digital "DIGIMATIC" de fabricação "Bakey-Ascor" e apresentaram os seguintes resultados;

Fotograma	Medidor de Exposição	Indice
1	- 2.5	0,91
2	0.0	1,15
3	+ 2.5	1,29

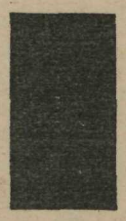
6.6.2 Em vista dos resultados acima estamos indicando a intensidade de luz, medida pelo Medidor de Exposição (Exposure Meter) em -1.0 o que dará densidade bem proxima a 1.0.



6.7 Teste de Cópias em Papel

6.7.1 As cópias em papel que se seguem foram obtidas a partir de filme DIAZO (vide segmentos abaixo).

- Cartão Teste Resolução (35mm)



Documento (35mm)



- Planta (35mm)



- Cartão Teste Resolução (16mm)



- Documento (16 mm)



(Republicado por haver saído com incorreção no DO de 30-1-78, pag. 1/10)

DECRETO Nº 4.066 DE 24 DE JANEIRO DE 1978

Aprova a planta do Setor que menciona

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, do artigo 20, da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do processo nº 019.328/75,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovada a planta SAI PR. 161/1, que define a área para o Parque Zoobotânico no Setor de Areas isoladas Sul.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 24 de janeiro de 1.978.

90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA VINHAES

DECRETO Nº 4.067 DE 24 DE JANEIRO DE 1978

Aprova a planta dos Setores que menciona

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo item II, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o constante do processo nº 001.696/77,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aprovada a planta CST PR. 516/1, que define o Gabarito e Normas de Construção para os Setores M e N - Comércio Local, da Cidade Satélite de Taguatinga.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 24 de janeiro de 1978

90º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA VINHAES

Secretaria do Governo

DECRETO DE 12 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar DELMA DE JESUS FIGUEIREDO NÓBREGA, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-08, de Oficial de Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 12 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 12 JANEIRO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, TEREZINA ELVIRA AZEVEDO, matrícula nº 18.408, da Função em Comissão, símbolo FC-8, de Oficial de Gabinete da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 12 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Designar OTACILIO PEREIRA DOS SANTOS, Auxiliar Operacional de Serviços de Engenharia, Código NM-808.1, matrícula nº 14.083, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-06, de Chefe da Seção de Fiscalização de Obras, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Sobradinho, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA.

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1.960

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, RUBENS PEREIRA DE ARAÚJO, Desenhista, Código NM-809.7, matrícula nº 0147, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC-06, de Chefe da Seção de Fiscalização de Obras, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Sobradinho, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, MIGUEL HALISKI, matrícula nº 18.626, da Função em Comissão símbolo FC-08, de Chefe da Seção Financeira, da Divisão de Administração Geral, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, a partir de 12 de janeiro de 1.978.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA.

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Designar MARIA DE JESUS CARVALHO FERREIRA, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-08, de Chefe da Seção Financeira, da Divisão de Administração Geral, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Brasília-DF., 26 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA.

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar JOAQUIM JOSE DE OLIVEIRA, para exercer a Função em Comissão símbolo FC - 06, de Chefe da Seção de

Fiscalização de Posturas, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de Janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Designar ALCYR GONÇALVES DE MELO, Eletricista Instalador, nível 08-A, matrícula nº 9.836, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-08, de Chefe da Seção de Obras e Reparos, da Divisão de Obras, da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, ENEIDA LUZ DANTAS, matrícula nº 7.619, da Função em Comissão, símbolo FC-8, de Secretária Datilógrafa, da Coordenação do Sistema de Planejamento da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Administração

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 141/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Trabalhador, nível 1, a ANTONIO UMBELINO DA SILVA, matrícula nº 17.088, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 33.658/77,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Carpinteiro, nível 8-A, a JOSÉ BEZERRA DE CARVALHO, matrícula nº 12.654, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 5.337/77,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item I, letra «b», da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481 de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea «b», da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Artífice de Obras Civis, Classe Artífice, Código ART-504.2, DIMAS FERNANDES, matrícula nº 9.254, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 268.557/77,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, JOÃO ALVES DE OLIVEIRA, do cargo de Artífice de Obras Civis, Classe Artífice Especializado, Código ART-504.3, matrícula nº 14.288, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR DULCE DA CONCEIÇÃO ZENHA DORNELAS, Telefonista, Código NM-818.3, Classe B, matrícula nº 13.304, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-4, de Assistente da Divisão de Comunicação Administrativa da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR ORLANDO BATISTA DA SILVA, Agente Administrativo, Classe «B», Código SA-401.3, matrícula nº 9872, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe da Seção de Expedição da Divisão de Comunicação Administrativa da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR, por ter sido designado para exercer outra função, DULCE DA CONCEIÇÃO ZENHA DORNELAS, Telefonista, Código NM-818.3, Classe B, matrícula nº 13.304, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-6, de Chefe da Seção de Expedição da Divisão de Comunicação Administrativa da Coordenação do Sistema de Documentação e Comunicação Administrativa da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 35.740/77,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item I, letra «b», da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481 de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea «b», da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Artífice Especializado, Código ART-502.3, JUSTINO SEVERINO DE MIRANDA, matrícula nº 16.560, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 420/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Elementar, nível 13-B, a NOÉLIA RAMOS BOTELHO, matrícula nº 10.141, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 327/78,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complentar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Professor de Ensino Médio, nível 19, a CANTIDIO PAES DE AZEVEDO, matrícula nº 9.026, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 268.525/77,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complentar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Operário Rural, nível 6, a FRANCISCO BASTOS SAMPAIO, matrícula nº 11.798, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20 inciso VII, da lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 57.420/77,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, UBALDO ATAIDE CAVALCANTE, do cargo de Fiscal de Tributos, Classe «C», Código TAF-303.4, matrícula nº 7.597, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 14 de novembro de 1977.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20 , inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta. do Processo nº 15.634/76,

RESOLVE:

RETIFICAR, o Decreto de 25 de outubro de 1972, publicado no «Distrito Federal», nº 168, de 3 de novembro do mesmo ano, que aposentou o funcionário JOSÉ MARTINS DA COSTA, Carpinteiro, nível 10-C, matrícula nº 13.628, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para considerar essa aposentadoria nos termos dos artigos 176, item III, e 178, item I, letra «b», da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481 de 5 de dezembro de 1977, combinados com os artigos 101, item I, e 102, item I, alínea «b», da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que consta do Processo nº 112.480/77,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos da Lei Complementar nº 30, de 27 de junho de 1977, observado o artigo 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Apontador Fiscal, nível 8-B, a ANTONIO BERNARDO PONTES, matrícula nº 11.901, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1.960, e tendo em vista o que consta do processo nº 338.301/77,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, GENIVAL DINIZ DA SILVA, do cargo de Trabalhador, nível 01, matrícula nº 2.550, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER.

Secretaria de Serviços Públicos

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar FRANCISCO DAS CHAGAS DE VASCONCELOS ARAUJO, matrícula nº 19.095, da Função em Comissão, símbolo FC-08, de Secretário-Datilógrafo da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, por ter sido designado para exercer outra função.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar FRANCISCO DAS CHAGAS DE VASCONCELOS ARAUJO, matrícula nº 19.095, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-04, de Assistente da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar ANTONIO CARLOS MACÊDO, Agente Administrativo, Classe «C», código SA-401.4, matrícula nº 1.065, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC-01, de Assessor Técnico do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar ANTONIO CARLOS MACÊDO, Agente Administrativo, Classe «C», código SA-401.4, matrícula nº 1.065, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC-04, de Assistente da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, por ter sido designado para exercer outra função.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear o Bacharel SEBASTIÃO DE CARVALHO PAZ, Delegado de Polícia "B", PC-201.7, matrícula nº 30.487, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DAS-101.1, de Delegado-Chefe da 15ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Exonerar o Bacharel RENATO HONORATO DE AMORIM, Delegado de Polícia «C», PC-201.8, matrícula nº 30.287, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Código DAS-101.1, de Delegado-Chefe da 12ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.

RESOLVE:

Designar o Bacharel JOSÉ DAHER, Delegado de Polícia "B", PC-201.7, matrícula nº 30.269, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-2, de Delegado-Chefe da 13ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1.960,

RESOLVE:

Dispensar o Bacharel JOSÉ RAIMUNDO PERDIGÃO RODRIGUES DA CUNHA, Delegado de Polícia «B», PC-201.7, matrícula nº 33.332, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-2, de Delegado-Chefe da 16a. Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar o Bacharel ÁLVARO CAETANO DOS SANTOS, Delegado de Polícia "B", PC-201.7, matrícula nº 33.324, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão Código DAS-101.1, de Delegado -Chefe da 14ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar o Bacharel JOÃO VIEIRA, Delegado de Polícia "C", PC-201.8, matrícula nº 30.267, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão Código DAS-101.1, de Delegado-Chefe da Delegacia de Roubos e Furtos da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar o Bacharel GUILHERME FRANCISCO ROSA MACHADO, Delegado de Polícia "B", PC-201.7, matrícula nº 33.325, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-2, de Delegado-Chefe da 13ª Delegacia policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar o Bacharel SEBASTIÃO DE CARVALHO PAZ, Delegado de Polícia "B", PC-201.7, matrícula nº 30.487, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-2, de Delegado - Chefe da Delegacia de Menores da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar o Bacharel JOSÉ DAHER, Delegado de Polícia "B" PC-201.7, matrícula nº 30.269, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão, Código DAS-101.1, de Delegado - Chefe da 15ª. Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear o Bacharel ÁLVARO CAETANO DOS SANTOS, Delegado de Polícia "B", PC-201.7, matrícula nº 33.324, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DAS-101.1, de Delegado-Chefe da Delegacia de Roubos e Furtos da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar o Bacharel RENATO HONORATO DE AMORIM, Delegado de Polícia "C", PC-201.8, matrícula nº 30.287, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-2, de Delegado-Chefe da 16ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear o Bacharel JOSÉ RAIMUNDO PERDIGÃO RODRIGUES DA CUNHA, Delegado de Polícia "B", PC-201.7, matrícula nº 33.332. do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DAS-101.1, de Delegado-Chefe da 12ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear o Bacharel JOÃO VIEIRA, Delegado de Polícia "C", PC-201.8, matrícula nº 30.267, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DAS-101.1, de Delegado-Chefe da 14ª Delegacia Policial da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMASION

DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960

RESOLVE:

Designar o Bacharel GUILHERME FRANCISCO ROSA MACHADO, Delegado de Polícia "B", PC-201.7, matrícula nº 33.325, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-2, de Delegado-Chefe da Delegacia de Menores da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 30 de janeiro de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS
AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

Procuradoria Geral

DECRETO DE 27 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do Artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.

RESOLVE:

Designar a servidora LATIFE HAMU XAVIER, Bacharel em Direito, Professora do Ensino Elementar, nível 13-B, matrícula nº 7.201, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-01, de Assessora Técnica do 3º Subprocurador Geral do Distrito Federal.

Distrito Federal, em 27 de janeiro de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO

DECRETO DE 27 DE JANEIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar WASHINGTON BOLIVAR DE BRITO JUNIOR, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Diretor da Divisão de Assuntos Patrimoniais da 3ª Subprocuradoria Geral da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Distrito Federal, em 27 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 000674/78
INTERESSADO: FRANCISCO BEZERRA MARROCOS
ASSUNTO: Solicita autorizar a permanência do referido servidor, à disposição da CAESB.

"De acordo.
Ao Secretário de Administração, para os devidos fins."
Em, 19/01/78.

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 338.301/77
INTERESSADO: GENIVAL DINIZ DA SILVA - MAT. Nº 2.550-SSP
ASSUNTO: EXONERAÇÃO

Senhor Governador:
Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.
O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 19 de janeiro de 1.978.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. LAVRE-SE O ATO.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 035.506/77
INTERESSADO: EDUARDO DANTAS RAMOS
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REQUISIÇÃO

Senhor Governador:

Tendo em vista os termos da E.M. nº 49 aprovada por Vossa Excelência, e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 246 de 28 de dezembro de 1977, expedi o O.E. nº 61/78-SEA, de 11 de janeiro corrente, em que comunicava que o prazo de requisição dos servidores a disposição de Minas Gerais se achava prorrogado até 30 de junho de 1.978.
Através do Ofício nº 2.156, o Senhor Governador daquele Estado solicita a prorrogação do prazo de requisição do servidor EDUARDO DANTAS RAMOS, matrícula nº 11.040, por mais 1 ano, pelo que proponho a Vossa Excelência, em caráter excepcional, seja a referida requisição prorrogada até 31 de dezembro de 1978.

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.
Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 34.552/77
INTERESSADO: FRANCISCO DE ASSIS SILVA - Mat. 53.801-CLT-NOVACAP
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - GABINETE CIVIL)

Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento nos termos do artigo 5º, item IV do Decreto nº 2.628/74, sem prejuizo dos seus salários.

Brasília, 19 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Autorizo.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 61/78
INTERESSADO: ANTONIO ALVES DO NASCIMENTO - Mat. 1.959 - SEF
ASSUNTO: REQUISIÇÃO (MINISTÉRIO DO TRABALHO)

Senhor Governador:
Pela autorização do afastamento nos termos do Parágrafo único, do artigo 3º, do Decreto nº 2.628/74, com prejuízo dos seus vencimentos.
Brasília, 25 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Autorizo.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 035.068/77
INTERESSADO: JOSÉ DOS REIS CASTRO - Mat. 14.729
ASSUNTO: PRORROGAÇÃO DE REQUISIÇÃO

Senhor Governador:

Tendo em vista os termos da E.M. nº 49, aprovada por Vossa Excelência, e publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 246 de 28 de dezembro de 1977, expedi o O.E. nº 61/78-SEA, de 11 de janeiro corrente, em que comunicava que o prazo de requisição dos servidores à disposição de Minas Gerais se achava prorrogado até 30 de junho de 1978.
Através do Ofício nº 2.117, de 13 de dezembro de 1977, o Senhor Governador daquele Estado solicita a prorrogação do prazo de requisição do servidor JOSÉ DOS REIS CASTRO, matrícula nº 14.729, por mais 1 ano, pelo que proponho a Vossa Excelência, em caráter excepcional, seja a referida requisição prorrogada até 31 de dezembro de 1978.

Brasília, 25 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Autorizo.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

PROCESSO Nº: 15.634/76
INTERESSADO: JOSÉ MARTINS DA COSTA - Mat. 13.628
ASSUNTO: RETIFICAÇÃO DE DECRETO DE APOSENTADORIA

Senhor Governador:

Através de Decreto de 25 de outubro de 1.972, publicado no «Distrito Federal» nº 168, de 03 de novembro de 1.972, JOSÉ MARTINS DA COSTA, Carpinteiro, nível 10-C, matrícula nº 13.628, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, foi aposentado, por invalidez, nos termos dos artigos 176, ítem III, e 178, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1.952, combinados com os artigos 101, ítem I, e 102, ítem I, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Em 06 de setembro de 1.972, através de requerimento, o referido servidor solicitou revisão de sua aposentadoria alegando que a doença que o levou à aposentar-se foi em consequência de acidente de serviço.

Indo o processo à Supervisão de Processos Administrativos desta Secretaria, foi instaurado Processo Especial, de comprovação de acidente em serviço, onde todas apurações necessárias ao julgamento do fato foram realizadas.

Diante de todas as diligências realizadas, ficou caracterizado que o diagnóstico da doença que motivou a aposentadoria do requerente, conforme parecer da Divisão de Serviços Médicos da Coordenação do Sistema de Pessoal—SEA, tem relação de causa e efeito com o acidente sofrido no exercício de suas funções, em 31 de março de 1962.

Ante o exposto submeto o assunto à elevada consideração de Vossa Excelência, propondo a retificação do Decreto acima mencionado, para considerar essa aposentadoria nos termos dos artigos 176, ítem III, e 178, ítem I, letra «b», da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1.952, com a nova redação dada pela Lei nº 6.481 de 5 de dezembro de 1.977, combinados com os artigos 101, ítem I, e 102, ítem I, alínea «b», da Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, 25 de janeiro de 1.978.

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

De acordo. Lavre-se o ato.
Brasília, 26 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS
Governador.

PROCESSO Nº 57.420/77
INTERESSADO: UBALDO ATAIDE CAVALCANTE - Mat. Nº 7.597 - SEF
ASSUNTO: EXONERAÇAO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.
O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 19 de janeiro de 1978

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Lavre-se o ato.
Brasília, 26 de Janeiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador.

PROCESSO Nº: 268.557/77
INTERESSADO: JOAO ALVES DE OLIVEIRA Mat. nº 14.288-RA-III
ASSUNTO: EXONERAÇAO A PEDIDO

Senhor Governador:

Trata-se de pedido de exoneração formulado pelo interessado.

O processo está devidamente instruído e, nada havendo a opor, proponho seu deferimento.

Brasília, 19 de janeiro de 1.978.

JOSE AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DE ACORDO. Lavre-se o ato.

Brasília, 26 de janeiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS
Governador.

Gabinete Civil

PORTARIA DE 25 DE JANEIRO DE 1978

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuida pelo artigo 3° do Decreto n° 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Mandar cessar o pagamento da gratificação pela representação de gabinete, no valor de Cr$900,00 (novecentos cruzeiros) , concedida pela Portaria de 23 de fevereiro de 1977, ao servidor MIGUEL SILVINO DE SOUZA, matrícula n° 12.413, no encargo de Auxiliar "C", do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 25 de janeiro de 1978

JORGE DA MOTTA E SILVA
Chefe do Gabinete Civil

PORTARIA DE 25 DE JANEIRO DE 1978

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 3°, do Decreto n° 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Mandar cessar o pagamento da gratificação pela representação de gabinete, no valor de Cr$ 900,00 (novecentos cruzeiros) , concedida pela Portaria de 23 de fevereiro de 1977, ao servidor JOSÉ ANES PEREIRA, matricula n° 2.668, no encargo de Auxiliar "C" do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 25 de janeiro de 1978

JORGE DA MOTTA E SILVA
Chefe do Gabinete Civil

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 24 DE JANEIRO DE 1978.

O SECRETARIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo Decreto «E» n° 340. de 12 de dezembro de 1.967,

RESOLVE:

Autorizar COMARCI EDUARDO MOREAUX NUNES, Coordenador do Sistema de Planejamento, matrícula n° 18.650, a viajar à cidade do Rio de Janeiro - RJ, no dia 25 de janeiro do corrente ano, a serviço da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Brasília, 24 de janeiro de 1.978.

RENOR SANT'ANNA
Secretário do Governo
Substituto

DESPACHOS

Processo n° : 054939/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$14.306,00 (quatorze mil, trezentos e seis cruzeiros), conforme Fatura n° FS 0010710.a favor da firma Xerox do Brasil S/A.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 015803/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$11.787,00 (onze mil, setecentos e oitenta e sete cruzeiros), conforme Fatura n° FS006043, a favor da firma Xerox do Brasil S/A.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 015794/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros), conforme Fatura n° FS006042, a favor da firma Xerox do Brasil S/A.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 015795/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$1.018,00 (hum mil e dezoito cruzeiros), conforme Fatura n° FS006041, a favor da firma Xerox do Brasil S/A.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 006498/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$1.018,00 (hum mil e dezoito cruzeiros), conforme Fatura n° FS001558, a favor da firma Xerox do Brasil S/A.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 012448/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$12.914,07 (doze mil novecentos e quatorze cruzeiros e sete centavos), conforme Fatura n° FS004522, a favor da firma Xerox do Brasil S/A

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 056068/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$ 18.709,15 (dezoito mil, setecentos e nove cruzeiros e quinze centavos), conforme Fatura n° FS0012854, a favor da firma Xerox do Brasil S/A.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 019253/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$ 13.195,63 (treze mil, cento e noventa e cinco cruzeiros e sessenta e três centavos), conforme Fatura n° FS0007922, a favor da firma Xerox do Brasil S/A.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 012447/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros), conforme Fatura n° FS004521, a favor da firma Xerox do Brasil S/A.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 031981/77.
Interessado: Alteredo de Jesus Barros.
Assunto: Pagamento de dívida.

DESPACHO:

De conformidade com o dispostro no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$ 29.955,31 (vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzeiros e trinta e um centavos), a favor do Senhor Alteredo de Jesus Barros.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 008585/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$11.787,00 (onze mil, setecentos e oitenta e sete cruzeiros), conforme Fatura n° FS002997, a favor da firma Xerox do Brasil S/A.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

Processo n° : 006500/77.
Interessado: Xerox do Brasil S/A.
Assunto: Pagamento de despesa.

DESPACHO:

De conformidade com o disposto no artigo 40, parágrafo 2°, item II, do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977, reconheço a dívida de que trata o presente processo, no valor de Cr$ 15.670,25 (quinze mil, seiscentos e setenta cruzeiros e vinte e cinco centavos), conforme Fatura n° FS001560, a favor da firma Xerox do Brasil S/A.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento da Despesa/SEF.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
Secretário do Governo

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO/RA-V DE 25 DE JANEIRO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso da Delegação de Competência estabelecida no Inciso III do artigo 1° do Decreto n° 2.755, de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

Designar nos termos da alínea «a» do artigo 21, do Decreto n° 2.951, de 22 de julho de 1975, o servidor ANTÔNIO HOLANDA CAVALCANTE, Agente de Portaria, Código TP-602.4, Classe «C», matrícula n° 11167, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir durante o período de 06.02 a 07.03.78, o Chefe da Seção de Conservação de Logradouros Públicos Símbolo FC-08, da Divisão de Obras desta Administração Regional, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por motivo de férias do titular.

Sobradinho, 25 de janeiro de 1978

MOISES SOARES CINTRA
Administrador Regional
Substituto

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 27 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Designar, nos termos da cláusula 10ª. do Contrato firmado, em 18.01.78, entre o Governo do Distrito Federal e a firma Elevadores Schindler do Brasil S/A, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 18, de 25 de janeiro de 1978, BENJAMIM PEREIRA DE ABREU, matrícula nº 15.084, Diretor da Divisão de Instalação e Reparos da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios, desta Secretaria, para Executor do Contrato mencionado.

Brasília, 27 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DESPACHOS

PROCESSO Nº 19.250/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A

DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como, parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4, 5, 6, 11 e 12 do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 6.807,00 (seis mil, oitocentos e sete cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 54.937/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A

DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como, parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4, 5, 6, 11 e 12 do processo nº 55.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 4.266,00 (quatro mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 54.940/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A

DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como, parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4, 5, 6, 11 e 12 do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 7.335,00 (sete mil, trezentos e trinta e cinco cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 55.650/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A

DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como, parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4, 5, 6, 11 e 12 do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 7.335, (sete mil, trezentos e trinta e cinco cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 006.497/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A

DESPACHO: Nos termos do artigo 40, do decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1.968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4, 5, 6, 11 e 12 do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 6.807,00 (seis mil, oitocentos e sete cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.

Brasília, 26 de janeiro de 1.978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração.

PROCESSO Nº: 06.495/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A

DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de janeiro de 1.977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1.968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4, 5, 6, 11 e 12 do processo nº 55.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 6.807,00 (seis mil, oitocentos e sete cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.

Brasília, 26 de Janeiro de 1.978

JOSÉ AFFONSO M DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 06.501/77
INTEREESSADO: XEROX DO BRASIL S/A.

DESPACHO: Nos termos do artigo 40, do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1.977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1.968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4, 5, 6, 11 e 12, do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 5.932,00 (cinco mil, novecentos e trinta e dois cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.

Brasília, 26 de janeiro de 1.978.

JOSE AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 01.933/78
INTERESSADO: Coord. do Sistema de Transportes Internos
DESPACHO: Nos termos da alínea "c", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, dispenso a licitação a favor da firma autoclima-Acessórios para Veículos Ltda para prestação de serviço, bem como autorizo a emissão do empenho no valor de Cr$ 4.360,00 (quatro mil, trezentos e sessenta cruzeiros).

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 020.963/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A

DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às folhas 4, 5, 6, 11 e 12 do processo nº 55.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 7.335,00 (sete mil, trezentos e trinta e cinco cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.
Brasília, 26 de janeiro de 1978
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER -
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 19.252/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A

DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4, 5, 6, 11 e 12 do processo nº 55.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 5.703,47 (cinco mil, setecentos e três cruzeiros e quarenta e sete centavos), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.
Brasília, 26 de janeiro de 1978
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER - Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 020.967/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A

DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como, parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4, 5, 6, 11 e 12 do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 8.638,15 (oito mil, seiscentos e trinta e oito cruzeiros e quinze centavos), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.

Brasília, 26 de janeiro de 1978
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER - Secretário de Administração

PROCESSO Nº 19.249/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: Nos termos do artigo 40, do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como parecer da Douta procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12 do Processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 6.807,00 (Seis Mil, Oitocentos e Sete Cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 015.802/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: termos do art. 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único art. 1º do Dec. nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12 do Processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 4.342,04 (quatro mil, trezentos e quarenta e dois cruzeiros e quatro centavos) a favor da XEROX DO BRASIL S/A.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 015.800/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12 do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 6.807,00 (Seis Mil, Oitocentos e sete cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 15.798/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: Nos termos do artigo 40, do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12 do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 6.807,00 (seis mil, oitocentos e sete cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A.

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 12.450/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015 de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como o parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12, do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 6.807,00 (Seis Mil, Oitocentos e Sete Cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 12.449/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o Inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como, parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12 do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 5.964,08 (Cinco Mil, Novecentos e Sessenta e Quatro Cruzeiros e Oito Centavos), a favor da XEROX DO BRASIL S/A

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 12.441/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º, do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12 do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 6.807,00 (Seis Mil, Oitocentos e Sete Cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 08.589/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12 do Processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 6.807,00 (Seis Mil, Oitocentos e Sete Cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº 08.584/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º, do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12 do processo nº 055.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 4.980,33 (quatro mil, novecentos e oitenta cruzeiros e trinta e três centavos) a favor da XEROX DO BRASIL S/A

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 08.582/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12 do processo nº 55.089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 6.807.00 (Seis Mil, Oitocentos e Sete Cruzeiros), a favor da XEROX DO BRASIL S/A

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 20.964/77
INTERESSADO: XEROX DO BRASIL S/A
DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso I, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, bem como, parecer da Douta Procuradoria Geral, exarado às fls. 4,5,6,11 e 12 do processo nº 055089/77, reconheço a dívida no valor de Cr$ 4.266,00 (quatro mil, duzentos e sessenta e seis cruzeiros) a favor da XEROX DO BRASIL S/A

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 33.103/77
INTERESSADO: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL-SHIS
DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977 combinado com o inciso III, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, reconheço a dívida no valor de Cr$ 22.880,00 (Vinte e Dois Mil, Oitocentos e Oitenta Cruzeiros), a favor da SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

Brasília, 26 de janeiro de 1978
JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 33.117/77
INTERESSADO: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL-SHIS
DESPACHO: Nos termos do artigo 40 do Decreto nº 4.015, de 29 de dezembro de 1977, combinado com o inciso III, parágrafo único, artigo 1º do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, reconheço a dívida no valor de Cr$ 29.388,70 (vinte e nove mil, trezentos e oitenta e oito cruzeiros e setenta centavos), a favor da SOCIEDADE DE INTERESSE SOCIAL SHIS

Brasília, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ AFFONSO M. DE B. MENUSIER
Secretário de Administração

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

1.776ª. Reunião (Ordinária)

Processo nº: 035271/77
Interessado: Catavento Distribuidora de Livros S.A.
Assunto: Pedido de renovação de inscrição no RCHF
Relator: Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências de sua alçada.

Em 3 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

Processo nº:: 035574/77
Interessado: LACFRIL Laticínios e Frios Ltda
Assunto: Pedido de inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário de Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências pertinentes.

Em 03 de janeiro de 1978
FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO-Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY-Membro; OSMAR BARROS BARATA-Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA-Membro

1.776ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº: 033615/77
Interessado: SELEN - Serviços Técnicos Profissionais Ltda.
Assunto: Pedido de reconsideração para renovação de inscrição no RCHF.
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide reconsiderar a decisão tomada na 1.759ª. Reunião (Ordinária), para deferir o pedido da requerente, autorizando a expedição do Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomadas de Preços para prestação dos serviços classificáveis nos GS-12, 29, 30, 40 e 41.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 03 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.776a. REUNIAO (ORDINARIA)
Processo nº 035008/77
Interessado Plantel S.A.
Assunto Pedido de prorrogação de prazo para entrega de material
Relator Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide considerar suspensa a contagem do prazo de entrega do material de que trata a Nota de Empenho nº 199/77 - DPC, até o dia 12 de setembro de 1977.

publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras, para as providências pertinentes.
Em 03 de Janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação: JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro: OSMAR BARROS BARATA - Membro: ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro: JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro:

1.776ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)
Processo nº 025711/77
Interessado Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S.A.
Assunto Pedido de renovação de inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide reconsiderar a decisão tomada na 1.722a. Reunião (Ordinária), para deferir o pedido da requerente, autorizando a expedição do Certificado com prazo de validade até 30. 06. 78, data em que expira o mandato procuratório do representante da interessada.

A Firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento dos materiais classificaveis no GMC - 05; GEI - 05, 06 e 10; GMP - 17, e prestação dos serviços classificáveis no GS - 39.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 03 de Janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro:

1.776ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)
Processo nº 033775/77
Interessado Onogàs S.A. Comèrcio e Indústria
Assunto Pedido de reconsideração de multa referente a 29 dia de atraso na entrega de material
Relator João Laerte Bastos Damasceno

O Plenàrio da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide considerar prorrogado apenas 22 (vinte e dois) dias do prazo para a entrega do material de que trata a Nota de Empenho nº 215/77 - DPC.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Compras para as providências pertinentes.
Em 03 de Janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro;OSMAR BARROS BARATA - Membro;

1.776a. REUNIAO (ORDINARIA).

Processo n: 035580/77
Interessado : Construplan Construtora e Instaladora, Comércio e Indústria Ltda.
Assunto: Pedido de inscrição no RCHF
Relator: Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências pertinentes.

Em 03 de janeiro de 1.978.
FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação
JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro
ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro
OSMAR BARROS BARATA - Membro
JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro

1.776a. REUNIAO (ORDINÁRIA)
Processo nº 035310/77
Interessado BIOMED Equipamentos de Biomedidas Ltda.
Assunto Pedido de inscrição no RCHF
Relator Jurandir Pinto da Silva

O Plenàrio da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências pertinentes.

Em 03 de Janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação: JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro: OSMAR BARROS BARATA - Membro: ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro: JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro:

1.776ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº 035602/77
Interessado CODIPE - Cia. Distribuidora de Peças e Veículos
Assunto Pedido de renovação de inscrição no RCHF
Relator João Laerte Bastos Damasceno

O Plenàrio da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências complementares. Em 03 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação: JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro: OSMAR BARROS BARATA - Membro: ALCIDES DE OLIVVEIRA FLEURY - Membro: JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro:

1 777a. REUNIAO (ORDINARIA)
Processo nº 35072/77
Interessado: Helfont Produtos Elètricos S.A.
Assunto Renovação de inscrição no RCHF
Relator João Laerte Bastos Damasceno

O Plenàrio da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.
Em 05 de Janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação : JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro: OSMAR BARROS BARATA - Membro: ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro: JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro:

1.777a. REUNIAO (ORDINARIA)
Processo nº 029200/77
Interessado: Jabaquara S.A. - Equipamentos Elètricos e Iluminação
Assunto Pedido de reconsideração de decisão para inscrição no RCHF
Relator Jurandir Pinto da Silva

O Plenàrio da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide indefirir o pedido formulado pela requerente.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências de sua alçada.
Em 05 de Janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação: JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro: OSMAR BARROS BARATA - Membro: ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro: JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro:

1.777ª. REUNIÃO(ORDINÁRIA)

Processo nº: 34566/77
Interessado: Pneuminas Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, após a mesma ter suprido a deficiência apontada na 1.774ª. Reunião (Ordinária), expedindo-se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis no GMC-06. Não foram considerados os GMC-03 e 04.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 05 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - membro.

1.777ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº: 032864/77
Interessado: Facit S.A. (Máquinas de Escritório)
Assunto: Pedido de renovação de inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide reconsiderar a decisão tomada na 1.766ª. Reunião (Ordinária), para deferir o pedido da requerente, autorizando a expedição do Certificado respectivo, com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento dos materiais classificáveis nos GMC-05 e GEI-01.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 05 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.777ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº: 034472/77
Interessado: TECNOBRA - Comércio Indústria e Representações Ltda.
Assunto: Pedido de renovação de inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide reconsiderar a decisão tomada na 1.768ª. Reunião (ordinária), para deferir o pedido da requerente, autorizando a expedição do Certificado respectivo, com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomadas de Preços, para fornecimento dos materiais classificáveis nos GMC-07 e 25.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências complementares.

Em 05 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.777ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)
Processo nº 0217/78
Interessado: Ajax - Assistência de Máquinas de Escritório Ltda
Assunto Inscrição no RCHF
Relator Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, expedindo-se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua emissão.

A Firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento dos materiais e prestação de serviços classificáveis nos GMC-02,05, 20; GMP-06, 07, 16 e 19 e GS - 36 e 37.
Não foram considerados os GMP-21 e 99.

Publique - se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.
Em 05 de Janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro;

1.777ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)
Processo nº: 35.720/77
Interessado: Encyclopédia Britânica do Brasil Publicações Ltda.
Assunto : Renovação de inscrição no RCHF
Relator : Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação , no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.
Em 05 de Janeiro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação: JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.777ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)
Processo nº 35663/77
Interessado Veco do Brasil Indústria e comercio de Equipamentos Ltda.
Assunto Inscrição no RCHF
Relator Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação , no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.
Em 05 de Janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro;

1.778ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº: 34550/77
Interessado: Gráfica e Papelaria Santa Fé Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, após a mesma ter suprido as deficiências apontadas na 1.766ª. Reunião (Ordinária), expedindo-se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos GMC-01 e 02.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 10 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.778ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº: 33567/77
Interessado: Laurenti Equipamentos Para Processamento de Dados Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, após a mesma ter suprido as deficiências apontadas na 1.759ª. Reunião (Ordinária), expedindo-se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua expedição.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis no GEI-01.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 10 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.778ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº: 87/78
Interessado: Dimas de Melo Pimenta S.A. Indústria de Relógios
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 10 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.778ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº: 232/78
Interessado: Gráfica e Papelaria Oriente Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 10 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.778ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº: 202/78
Interessado: Kartro S.A. Importadora e Distribuidora
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF
Relator: Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 10 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

Processo nº. 000284/78
Interessado: Sociedade Comercial Pro Médico Ltda
Assunto:Renovação de inscrição no RCHF
Relator:Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido,

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.
Em 10 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro ; OSMAR BARROS BARATA - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro;

Processo nº 321/78
Interessado: Divitex Comercial de Divisórias Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF
Relator: Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação , no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido,

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.
Em 10 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS

BARATA - Membro:JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro;

Processo nº 317/78
Interessado: Hoechst do Brasil Quimica e Farmacêutica S.A.
Assunto:Renovação de inscrição no RCHF
Relator:Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique - se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 10 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO — Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro ; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro ;

Processo nº 298/78
Interessado 3 M do Brasil Ltda
Assunto Inclusão de grupo
Relator Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação , no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido, autorizando a inclusão do GEI - 09.

Publique -se e encaminhe - se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 10 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOAO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro ; OSMAR BARROS BARATA - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro ; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro;

1.779ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº : 35144/77
Interessado: V. F.Silva & Cia. Ltda.
Assunto: Retificação e prorrogação do prazo da Nota de Empenho
Relator: Francisco de Freitas

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido, autorizando a retificação da Nota de Empenho nº 1083/77-DPC na forma solicitada, devendo ser suspensa a contagem do prazo de entrega da data de autuação do pedido, até a data em que à firma tomar conhecimento.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle para as providências pertinentes.

Em 12 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.779ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº : 35192/77
Interessado: Comtare Comércio de Tacos e Revestimentos Ltda.
Assunto: Retificação da Nota de Empenho
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido, autorizando a retificação da Nota de Empenho nº 1085/77-DPC na seguinte forma:

a) Indicar a metragem das divisória a serem instaladas, que é de 41,70m2;

b) Suprimir a determinação da instalação no 8º. andar;

c) Substituir a especificação « Painel cego até 2,10m e completado com vidro tipo veneziana até 2,75m» por Painel cego até 2,10m e completado em bandeira chapa-chapa até o teto.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Programação e Controle para as providências pertinentes.

Em 12 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.779ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº : 000564/78
Interessado: Indústria Química e Farmacêutica Schering S.A.
Assunto: Pedido de revalidação de Certificado
Relator: João Laerte Bastos Damasceno

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido, autorizando a revalidação do Certificado nº 303/77, para 21.09.78.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, para as providências pertinentes.

Em 12 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.779ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo: 33007/77
Interessado: Manes - Manutenções Especiais de Equipamentos Contra Incêndio Ltda.
Assunto: Inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, após a mesma ter suprido as deficiências apontadas na 1.734ª. Reunião (Ordinária), expedindo-se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis nos GMC-24 e GEI-10.- Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 12 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.779ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº : 597/78
Interessado: Lojas Blumenau Textil e Utilidades Ltda.
Assunto: Inclusão de grupos de materiais
Relator: Osmar Barros Barata

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido, autorizando a inclusão dos GMC-17, 31; GMP-03, 09, 12 e 21. Não foram considerados os GS-31 e 33.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 12 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - membro;JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.779ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº : 34154/77
Interessado: Zoomgraf-K Ltda.
Assunto: Renovação de inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, após a mesma ter suprido as deficiências apontadas na 1.760ª. Reunião (Ordinária), expedindo-se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua emissão.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais e prestação de serviços classificáveis nos GMC-01, 02, 03, 08, 11, 15, 19, 20 e 22; GEI-01 e 09; GMP-01, 02, 06, 16, 17 e 19 e GS-02. Não foi considerado o GS-18.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 12 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.779ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº : 33247/78
Interessado: Laboratórios Miles do Brasil Ltda.
Assunto: Inclusão de grupos
Relator: Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo indeferimento do pedido.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 12 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃOI LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.779ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº 33271/77
Interessado: Enes de Oliveira Campos
Assunto: Inscrição no RCHF (reconsideração)
Relator: Jurandir Pinto da Silva

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido formulado pela interessada, após a mesma ter suprido a deficiência apontada na 1.759ª. Reunião (Ordinária), expedindo-se o Certificado com prazo de validade de 01 (um) ano, a contar de sua expedição.

A firma está apta a participar de Tomada de Preços para fornecimento de materiais classificáveis no GMC-02.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 12 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

1.779ª. REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Processo nº : 525/78
Interessado: Narcosul Industrial e Comercial S.A.
Assunto: Inclusão de grupos de materiais
Relator: Alcides de Oliveira Fleury

O Plenário da Comissão de Licitação, no uso de suas atribuições legais, acolhendo por unanimidade o voto do Relator, decide pelo deferimento do pedido, autorizando a inclusão dos GMC-09; GMP-045 e 14 e GEI-07.

Publique-se e encaminhe-se ao Serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas para as providências pertinentes.

Em 12 de janeiro de 1978

FRANCISCO DE FREITAS - Presidente da Comissão de Licitação; JOÃO LAERTE BASTOS DAMASCENO - Membro; ALCIDES DE OLIVEIRA FLEURY - Membro; OSMAR BARROS BARATA - Membro; JURANDIR PINTO DA SILVA - Membro.

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

DIVISÃO DE COMPRAS

Atos do Diretor

PROCESSO Nº: 025.496/77
INTERESSADO: ONOGÁS S.A COMÉRCIO E INDUSTRIA.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: À vista da decisão da Comissão de Licitação-SEA, proferida na sua 1.776a. Reunião (Ordinária, Processo nº 033.775/77, retifico o meu despacho exarado às fls. 06, da seguinte forma:ONDE SE LÊ: "aplico à firma Onogás S.A. Comércio e Indústria, a multa no valor de Cr$ 314,59 (trezentos e quatorze cruzeiros e cinquenta e nove centavos), pelo atrazo de 29 (vinte e nove) dias na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 215/77—DPC.,"
LEIA—SE: aplico à firma Onogás S.A. Comércio e Indústria, a multa no valor de Cr$ 75,93 (setenta e cinco cruzeiros e noventa e três centavos), pelo atraso de 07 (sete) dias na entrega do material descrito na Nota-Fiscal-Fatura nº 07314, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 215/77-DPC

Publique-se e encaminhe-se à Seção de Acompanhamento e, em seguida, ao Departamento da Despesa—SEF.

Em 17 de janeiro de 1978.

TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras
CSM—SEA.

SECRETARIA DE FINANÇAS

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

PROCESSO N°: 266907/77
INTERESSADO: ESC. CENTRAL DE CONTABILIDADE LTDA
ASSUNTO: Consulta sobre ISS
GENERO: CONSULTA DT N° 03/78 (402)

ESCCOL-ESCRITÓRIO CENTRAL DE CONTABILIDADE, consulta através de seu representante, quanto ao recolhimento correto do Imposto Sobre Serviços.

Informa na inicial, que vem efetuando o recolhimento do imposto com a aplicação da alíquota de 5% (cinco por cento) sobre o faturamento, por ser o escritório constituído de 2 (dois) técnicos contábeis e 3 (três) empregados.

É o relatório.

Trata-se de uma sociedade de profissionais, devidamente inscritos no CRC-DF, que prestam serviços técnicos contábeis com o auxílio de 3 (três) empregados.

O Regulamento do ISS aprovado pelo Decreto n° 3522/76 define, em seu artigo 1°, fato gerador do imposto como sendo «a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante da lista anexa».

A atividade desenvolvida pela sociedade encontra-se prevista na mencionada lista de serviço no «ítem 12 - Contadores, auditores, guarda-livros e técnicos em contabilidade»

O artigo 11, § 2° do mencionado Regulamento aprovado pelo Decreto 3522/76, dispõe «in verbis»:

«Art. 11 - Quando se tratar de prestação de serviços sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, a base de cálculo será o Valor de Referência fixado na legislação federal, vigente na data do lançamento do imposto, calculado este mediante a aplicação dos seguintes coeficientes:

I - profissional liberal com curso superior ou legalmente equiparado ..... 3,00.

II - profissional liberal de nível de 2° grau ou legalmente equiparado ..... 2,00.

2° - Quando os serviços a que se referem os ítens 1,2,3,5,6,11,12 e 17 constantes do artigo 1°, forem prestados por sociedades uniprofissionais, a base de cálculo será a prevista neste artigo e o imposto calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviços em nome da sociedade, embora assumindo a responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável».

Do exposto conclui-se que a consulente, na prestação de serviços por ela executados, o imposto será calculado aplicando-se os coeficientes estabelecidos no art. 11, tomando-se como base de cálculo o valor de referência fixado na legislação federal.

A presente consulta, por não se tratar de matéria de natureza controvertida, não encontra amparo no artigo 144 do Decreto-Lei n° 82/66.
E' o entendimento, S.M.J.

Brasília, 15 de dezembro de 1.977

MARIA APARECIDA BARBOSA
Fiscal de Tributos «A»

Senhor Diretor da Divisão de Tributação,

Estamos de acordo com o parecer retro.

A consulente deverá o ISS na forma do art. 11 e seu § 2°, do Regulamento do imposto, aprovado pelo Decreto n° 3.522/76, observando, quanto ao lançamento e pagamento do imposto, o que dispõe o artigo 24 e seu parágrafo único e artigos 33 e 34, inciso II, do mencionado Regulamento.

A situação descrita, quanto ao cálculo e lançamento do imposto, prevalece enquanto não ocorrer quaisquer das situações previstas no artigo 12, incisos I, II e III, do citado ato normativo.

Em 23 de dezembro de 1.977.

GILBERTO ALVES NERY
Seção de Orientação e Consultas
Chefe.

Nos termos da competência delegada pela ORDEM DE SERVIÇO N° 25/76-DpR/SEF, de 26 de outubro de 1.976, aprovo o parecer de fls. 04/07 emitido pela Seção de Orientação e Consultas, desta Divisão.

À Seção de Preparo Processual para providenciar a publicação da resposta, cientificar a consulente e, após, remeter os autos à Divisão da Receita de Taguatinga, para as providências que o caso requer.

Brasília-DF., 16 de janeiro de 1.978.

CARLOS REGO BARBOSA
Divisão de Tributação
- Diretor -

PROCESSO N° 054085/77
INTERESSADO: Pax Domini Brasília - Lançamentos e Administração Ltda
GÊNERO: Consulta N° 06/78 - DT - 402
ASSUNTO: Consulta referente a ISS

A firma supra, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ISS sob o n° 022.398-6, com a atividade de administração de bens, sediada no CNB-12, Lote 10, Sala 208, Taguatinga - DF, com início de atividades em 25 de abril de 1977, declara que em razão de tentar executar a atividade de intermediário funerário junto a Fundação das Pioneiras Sociais, inclusive, com a venda de contratos funerários, vem solicitar esclarecimentos:

a) Quanto ao procedimento em relação ao ISS, face ao cancelamento de aproximadamente 30% dos contratos firmados, devido ao contratante não pagar as prestações, ou por motivo particular.

b) Sobre a adoção do Livro de Registro de Contratos, «e na medida que for sendo quitado o contrato é extraída uma nota fiscal de serviços do valor global do contrato».

Em atendimento à nossa solicitação para explicitar em que base se processam os contratos e a atividade em si, foram anexados os documentos de fls. 05 e a cópia do contrato funerário, às fls. 06 e 07.

E o relatório.

Consoante declarações da consulente, às fls. 05, sua atividade se resume na venda de contratos funerários a prazo, não mantendo nenhum vínculo com a Fundação das Pioneiras Sociais, tendo em vista adquirir e comprar à vista os atendimentos funerários.

No tocante ao procedimento em relação ao cancelamento automático dos contratos firmados, o Regulamento do Imposto Sobre Serviços, aprovado pelo Decreto N° 3.522, de 28 de dezembro de 1976, em seu art. 3° dispõe, **in verbis**:

«Art. 3° - O fato gerador do imposto independe do resultado financeiro do exercício da atividade, sendo suficiente, à incidência, a simples prática de atos reveladores da efetiva prestação de serviços».

A cláusula primeira do Contrato de Prestação de Serviços, às fls. 06, explicita o atendimento funerário, através de providências junto aos órgãos e entidades próprios, e a cláusula sétima dispõe que o beneficiário pagará no ato da assinatura do contrato a título de contra-prestação pelos serviços ou administração, a quantia de Cr$ 1.060,00 (hum mil e sessenta cruzeiros), que poderá ser parcelada em conformidade com a cláusula 10, «sem que constitua esse pagamento, coleta de poupança para a formação de qualquer fundo de reserva».

Logo, dá-se uma prestação de serviços a prazo e o fato gerador ocorre no momento da celebração do contrato.

No caso em exame, firmado o contrato, o beneficiário passa a fazer parte de um grupo, constituído por quinhentas unidades de contratos, comprometendo-se a uma contribuição de 3% do salário mínimo vigente na região, na ocorrência de óbito de pessoa do seu grupo até 500 (quinhentos) pagamentos dessa taxa funeral.

Desta forma, opinamos que a consulente deverá emitir Nota Fiscal de Serviços no valor total recebido de cada contratante, segundo o art. 102 do Regulamento transcrito anteriormente:

«Art. 102 - A Nota Fiscal de Serviços será emitida pelo contribuinte quando da prestação de serviços, no mínimo, em 3 (três) vias, que terão a seguinte destinação:

I - 1ª via - tomador dos serviços;

II - 2ª via - contribuinte;

III - 3ª via - permanecerá presa ao bloco, à disposição do Fisco».

Evidentemente, dever-se-á registrar normalmente estas operações no Livro de Serviços Prestados em conformidade com o art. 83 e seus parágrafos, do Regulamento citado, com a nova redação do Decreto N° 3631, de 31 de março de 1977, que dispõe em seu caput:

«Art. 83 - O livro Registro de Serviços Prestados, com dimensões de 35x25 cm, obedecerá as características do modelo 1, e nele serão lançadas, dia a dia pelo total, as operações do contribuinte, inclusive as isentas».

Convém ressaltar o parágrafo segundo do citado artigo:

«§ 2° - Serão mensalmente registrados nos campos próprios do livro a discriminação das despesas efetivamente pagas pela empresa e os dados relativos ao pagamento do imposto».

Em relação ao Livro de Registro de Contratos, cumpre-nos esclarecer a necessidade de sua escrituração, segundo as normas do art. 84 e seus parágrafos do referido Regulamento:

«Art, 84 - Os contribuintes que celebrarem contratos de serviços com terceiros, ficam obrigados a adotar e a escriturar o livro Registro de Contratos, modelo 2».

Informamos à consulente, que no item 6, letra b do parágrafo primeiro, na coluna «Valor Total»: preço total do serviço, deverá ser registrado o valor de Cr$1.060,00 (hum mil e sessenta cruzeiros) cobrado da parcela inicial e no item 8 - Coluna «Observações» incluir a contribuição de 3% do salário mínimo vigente na forma da cláusula oitava do contrato em anexo (fls. 07).

A vista dos fundamentos de fato e de direito expostos, somos de parecer que a consulente deverá:

1°) Recolher o ISS referente a parcela inicial do contrato, no valor de CR$1.060,00 (hum mil e sessenta cruzeiros) e sobre as respectivas «taxas funerárias» de 3% incidentes sobre os eventos.

2°) Emitir Nota Fiscal de Serviços no valor recebido de cada contratante nas operações realizadas.

3°) Registrar as operações no Livro de Serviços Prestados, conforme foi explicitado anteriormente.

4°) Adotar e escriturar o Livro de Registro de Contratos na forma da lei.

Doutra parte, o contribuinte deverá ter ciência desta decisão, dispondo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da consulta para cumpri-la na forma do art. 3°, inciso I, do Decreto n° 3.388/76.

É o parecer, **sub censura**.

Brasília, 22 de setembro de 1977.

SUELI CHAVES DA SILVA BATISTA
Fiscal de Tributos
Mat. 8.576 - GDF

Senhor Diretor da Divisão de Tributação,

Estamos de acordo com o parecer de fls. 08 a 11.

Em 29 de dezembro de 1977.

GILBERTO ALVES NERY
Seção de Orientação e Consultas
Chefe

Nos termos da competência delegada pela ORDEM DE SERVIÇO N° 25/76-DpR/SEF, de 26 de outubro de 1976, aprovo o parecer de fls. 08/11 emitido pela Seção de Orientação e Consultas, desta Divisão.

À Seção de Preparo Processual para providenciar a publicação da resposta, cientificar a consulente, e, após, remeter os autos à Divisão da Receita de Taguatinga, para as providências que o caso requer.

Brasília-DF, 16 de janeiro de 1978

CARLOS RÊGO BARBOSA
Divisão de Tributação
Diretor

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONSELHO DE EDUCAÇÃO

PARECERES

PARECER N°: 107/77-CEDF
PROCESSO N°: 425489/77-FEDF

Pela aprovação do Plano de Funcionamento da Escola Classe n° 27, do Gama-DF.

HISTÓRICO - O presente processo, a exemplo do verificado no Processo de n° 425487/77, está instruído para o exame de autorização de funcionamento da Escola Classe, na forma do que se encontra determinado no Art.22 do Regimento dos Complexos Escolares.

Todavia, pelo entendimento firmado na egrégia Câmara de Legislação e Normas, posteriormente aprovado pelo plenário deste Colegiado, deliberou-se aguardar a reformulação do aludido artigo 22, do Regimento dos Complexos Escolares, por conter disposição normativa conflitante com a sistemática até então adotada e aceita para as escolas da rede oficial de ensino do Distrito Federal, que sempre independeram, para os atos de sua criação, implantação e funcionamento, das exigências agora introduzidas.

Deliberou-se, ainda, conforme o verificado por ocasião do exame dos Processos de n°s 42502/76, 427931/77, 427932/77 e 429352/77, que se efetuasse apenas o estudo sobre a aprovação dos Planos de Funcionamento dessas Escolas, com vistas ao trabalho de compatibilização com a realidade existente.

É o que propõe analisar e deliberar, no presente processo.
ANÁLISE 2 - A unidade de ensino em referência a Escola Classe n° 27, está vinculada ao Complexo Escolar «C», do Gama. Foi criada através da Resolução n° 74/77-C.D., do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal, localizando-se à Entrequadra 16/18 - Praça 02 - Setor Central do Gama.

3 - A situação real da escola é a seguinte:

a) dispõe de recursos humanos e materiais, suficientes,

conforme verificação dos dados apresentados às fls. 34/41;

b) atende a 1.073 alunos da 1ª à 5ª séries, em dois turnos, conforme Plano de Funcionamento constante de fls. 02/14;

c) quanto ao Currículo, o estabelecimento segue a «grade curricular» da Rede Oficial, aprovada pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, sendo que os critérios de aferição do rendimento são os aprovados pelo Parecer nº 42/76-CEDF; e

d) quanto às demais exigências do art. 154, da Resolução nº 01/74-CEDF, a Escola atende às determinações baixadas.

PARACER 4 Diante do esposto, tendo em vista a natureza e a vinculação do estabelecimento, somos pela aprovação do Plano de Funcionamento da Escola Classe nº 27, do Gama, que ministra o ensino oficial de acordo com os currículos e o planejamento anual já aprovados para a Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal.

Sala «Helena Reis». Brasília, 30 de novembro de 1977

APROVADO NA C.E. e em Plenário em 30.11.77.

JÚLIO CÉSAR SANTOS
Relator

ANNA BERNARDES DA S.ROCHA
Presidente

Parecer nº: 110/77-CEDF
Processo nº: 430215/77-CEDF

Pela aprovação do Plano de Funcionamento da Escola Classe 312 Norte.
Senhora Presidente,

1.0 **HISTÓRICO** - A inicial deste processo foi o Ofício nº 191/77-CE-«C»-BsB de 28.06.77 da Senhora Diretora do Complexo Escolar «C» Brasília - pelo qual é solicitada a aprovação do Plano de Funcionamento da Escola Classe 312 Norte.

O processo depois de tramitar pelos órgãos competentes, aguarda o parecer deste Conselho.

2.0 **ANÁLISE** - O Plano de Funcionamento apresentado enfoca os seguintes aspectos:

2.1. sob o título «justificativas o plano esclarece que a clientela da escola é de aproximadamente 668 alunos e que a escola funciona em dois turnos (matutino e vespertino) para alunos de educação anterior ao 1º Grau (com 107 alunos) e alunos da 1ª a 4ª séries do 1º Grau. Informa ainda que a escola «será área de implantação de Projeto Básico» Ação Pedagógica na 1ª série do Ensino de 1º Grau» do DGP/Ensino Regular». De fato, das fls. 29 a 73 do processo é apresentada uma cópia do referido projeto, sem maiores esclarecimentos referentes a sua aplicação na escola.

2.2. às fls 04 no título referente à «identificação do Estabelecimento» há informação de que a escola foi criada pelo Decreto nº 418 do GDF, publicado em 14.01.66;

2.3. as dependências físicas da escola estão contidas em dois blocos (A e B) com salas para: diretorias, secretaria, orientação pedagógica (1+1) uma em cada bloco, sala de reunião, salas de aula (8+4), sala de artes, área coberta (1+1), sala de apoio administrativo-pedagógico, sala de professores; há ainda: Jardins(4), cantinas (1+1), almoxarifado, depósito de gêneros alimentícios, depósito de material de consumo e sanitários destinados: à diretoria, aos professores à secretaria (dois), aos alunos (20), aos serventes e à zeladoria; a escola possui também 3 (tres) lavatórios e um bebedouro (fls.5 e 6).

2.4. - Caracterização da clientela, mediante gráficos, referentes à: religião dos alunos; tipos de residência das famílias; gráus de instrução dos pais dos alunos; lazeres preferidos e nacionalidade;

2.5 - atendimento, envolvendo dados referentes ao horário de funcionamento, organização das turmas, controle de frequência, renovação de matrícula, remanejamento de alunos e transferência,

2.5. atendimentos envolvendo dados referentes ao horário de funcionamento, organização das turmas, controle de frequência, renovação de matrícula, remanejamento de alunos e transferência;

2.6 - escrituração escolar que assegura a autenticidade dos dados escolares e seu fiel arquivo;

2.7 - currículo, onde se procura estabelecer fins e objetivos e a avaliação de rendimento escolar;

2.8- recursos humanos e materiais suficientes para o bom funcionamento da escola.

3.0 **PARECER** - O plano de funcionamento, apresentado para a Escola 312 Norte, atende à legislação vigente e o parecer é pela sua aprovação.

Sala «Helena Reis» Brasília, 30 de nevembro de 1977.

JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH
Relator

Aprovado na C.E. e em Plenário em 30/11/1977.

Parecer nº 122/77—CEDF
Processo nº 032480/77—GDF

Aprova a Reformulação do Plano de Aplicação dos Recursos do Salário Educação-Quota Estadual exercício 1977.

I. **HISTÓRICO** - Pelo O.I. nº 803/77—SEC de 23 e novembro de 1977 e Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal encaminha ao Conselho de Educação e do Distrito Federal, proposta de Reformulação do Plano Aplicação dos Recursos do Salário Educação/Quota Estadual 1977, no valor de Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).

O Plano de Aplicação inicial foi aprovado pelo Parecer nº 99/76—CEDF de 11.12.76. Foi reformulado para acrescentar a Meta 04-Custeio de atividades-meio efetuados em unidades escolares de 1º Grau aprovada pelo Parecer nº 39/77—CEDF de 11.05.77.

O mesmo plano foi alterado quanto a Meta Caracterizada 03.05—Bolsas de Estudo para alunos de 5ª. série da Zona Rural, aprovada pelo Parecer nº 49/77—CEDF de 15.06.77 e quanto a Meta Caracterizada 03.04-Pagamento de Monitores que atuam em Unidades Escolares do Ensino Supletivo, aprovado pelo Parecer nº 89/77—CEDF de 05.10.77.

II. **ANÁLISE** - Como justificativa da Reformulação afima a SEC/DF necessidades de ampliação da Escola Classe 06 do Cruzeiro em consequência da construção de 10 blocos residenciais em sua proximidade, cuja entrega está prevista para 1978. Para atender esta nova população, que se estima aproximadamente de 350 alunos, é que se faz necessário a ampliação da referida escola.

A reformulação se limita ao "Projeto Operação Escola", na Meta Caracterizada de código 01.02—Amortização de Empréstimos, cujo saldo de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) será revertido na Escola Classe nº 06 do Cruzeiro.

III. **PARECER** - O parecer é no sentido que aprove a reformulação pretendida no Plano de Aplicação dos Recursos do Salário Educação-Quota Estadual-1977.

Sala "Helena Reis, Brasília, 14 de dezembro de 1977.

GILDO WILLADINO
Relator

Aprovado na C.E. e em Plenário em 14.12.77.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

Parecer nº 129/77-CEDF
Processo nº 027585/77-GDF

Aprova a reprogramação do Plano de Aplicação dos Recursos do Salário Educação-Quota Federal-exercício de 1978.

I. **HISTÓRICO** - Através do O.I. nº 881/77 de 20.12.1977, o Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal encaminha, para análise e parecer deste Colegiado, a reprogramação do Plano de Aplicação dos Recursos do Salário Educação-Quota Federal-exercício de 1978, no valor de Cr$9.942.000,00 (nove milhões, novecentos e quarenta e dois mil cruzeiros) anteriormente aprovado pelo Parecer 85/77—CEDF; de 28/09/77

II. **ANÁLISE** - Atendendo a solicitação da Sra. Diretora Geral do Departamento de Ensino Fundamental, do Ministério de Educação e Cultura contida no ofício nº 006308/77 de 22 de novembro de 1977, está sendo encaminhada a reprogramação ocorrida em virtude do remanejamento do valor de Cr$2.000.00,00 (dois milhões de cruzeiros) de "Despesas Correntes" do Projeto Desenvolvimento de Novas Metodologias para "Despesas de Capital" para o projeto Operação Escola.

Para conhecimento deste colegiado segue em anexo o cumprimento às diligências baixadas pelo DEF/MEC, dos projetos:

— Desenvolvimento de novas metodologias ao processo ensino aprendizagem para o Ensino de 1º Grau.

— Operação Escola:

— Assistência Técnica e Financeira às Unidades da Federação, na área do Ensino de 1º Grau. Com o remanejamento feito no valor de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para o projeto "Operação Escola", será construída uma escola no Setor de Indústria e Abastecimento, que atenderá 280 alunos.

O equipamento correrá por conta do Projeto SEC-1075-Reequipamento da Rede de Ensino de 1º Grau.

III. **PARECER** — O parecer é no sentido de que se aprove a reprogramação do Plano de Aplicação dos Recursos do Salário Educação-Quota Federal-exercício de 1978.

Sala 'Helena Reis' Brasília, 21 de dezembro de 1977

GILDO WILLADINO
Relator

Aprovado na C.E. e em Plenário em 21.12.77

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA-SVO, DE 23 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, do artigo 61, do Regimento aprovado através do Decreto nº 3286, de 16 de junho de 1976 e face ao disposto no Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Cancelar, a Portaria-SVO, de 18 de janeiro de 1978, que autorizou a Arquiteta WALKYRIA SANTOS PALHANO, matrícula 06.202, a viajar a cidade de Florianópolis - Santa Catarina, no período de 24 a 28 de janeiro de 1978.

Distrito Federal, em 23 de janeiro de 1978

JOSÉ ROBERTO OLIVEIRA VINHAES
Secretário de Viação e Obras
Substituto

PORTARIA-SVO, 26 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 61, do Regimento aprovado através do Decreto nº 3286, de 16 de junho de 1976 e face ao Decreto nº 3466 de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Excluir da relação a que se refere a Portaria-SVO, de 14 de janeiro de 1977, publicada no Diário Oficial do DF, nº 12 de 18 de janeiro de 1977, o servidor CLARO ALVES DA SILVA, matrícula 16.343, Pedreiro, nível 08-A do Quadro de Pessoal Provisório do DF, a partir de 27/01/78.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Secretário de Viação e Obras

PORTARIA-SVO, DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3466, de 07 de dezembro de 1976, e tendo em vista o Parecer da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarada no Processo nº 009042/76,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 3º do Decreto nº 3466, de 07 de dezembro de 1976, a Gratificação pela Representação de Gabinete ao servidor ROBERTO DOS SANTOS, Agente de Portaria, Classe «C», Código «C», Código TP-602.4, matrícula nº 01462, pelo encargo de auxiliar «A».

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Secretário de Viação e Obras

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

Interessado: Almerindo Cypriano Trindade Netto - 19.091
Assunto: Concessão de salário-família
Despacho: Concedo, salário-família, pela dependente VANJA MARIA DIAS DA MOTTA, esposa. Pagamento a partir de janeiro de 1978, o exercício anterior terá que ser pago por exercício findo.

Interessado: Joel Antonio Ayres da Silva - 18.948
Assunto: Concessão de salário-família
Despacho: Concedo, salário-família, pelo dependente DANIEL MARIANO AYRES, filho, nascido aos 05.11.77. Pagamento a partir de janeiro de 1978, o exercício anterior deverá ser pago por exercício findo.

Interessado: Maurilio Rodrigues Ramos - 17.463
Assunto: Concessão de salário-família
Despacho: Concedo, salário-família, pelo dependente RENATO MARCONI RODRIGUES RAMOS, filho, nascido aos 13.12.75. Pagamento a partir de janeiro de 1978, o exercício anterior deverá ser pago por exercício findo.

Interessado: Jarbas Freitas Bernardes - 13.125
Assunto: Concessão de salário-família
Despacho: Concedo, salário-família, pela dependente JUSSARA COSTA BERNARDES, filha, nascida aos 05.04.76. Pagamento a partir de janeiro de 1978, o exercício anterior deverá ser pago por exercício findo.

Interessado: Euclides Delfino de Lima - 12.328
Assunto: Concessão de salário-família
Despacho: Concedo, salário-família, pela dependente ELIZABETH DELFINO DE LIMA, filha, nascida, aos 19.11.77. Pagamento a partir de janeiro de 1978, o exercício anterior deverá ser pago por exercício findo.

Interessado: Pompílio Paraiba de Oliveira - 10.008
Assunto: Concessão de salário-família
Despacho: Concedo, salário-família, pela dependente MARCIA FERREIRA DE OLIVEIRA, filha, nascida, aos 21.12.77. Pagamento a partir de janeiro de 1978, o exercício anterior deverá ser pago por exercício findo.

Interessado: José Teodoro Dias - 01.666
Assunto: Concessão de salário-família
Despacho: Concedo, salário-família, pela dependente PATRICIA MOURA DIAS, filha, nascida, aos 1º.12.77. Pagamento a partir de janeiro de 1978, o exercício anterior deverá ser pago por exercício findo.

Brasília, 20 de janeiro de 1978

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Seção de Pessoal/ DAG/ SVO/GDF
Chefe

Interessado: Gustavo Leandro de Jesus - 01.369
Assunto: Cancelamento de salário-família
Despacho: Cancelo, salário-família, pela dependente LOURENÇA VIEIRA DE JESUS, a partir de janeiro de 1978.

Interessado: Manoel Guilherme Ferreira Neto - 14.524
Assunto: Cancelamento de salário-família
Despacho: Cancelo, salário-família, pela dependente SOLANGE LOUREIRO FERREIRA, filha, por ter contraído matrimônio, a partir de 16.12.77.

Brasília, 20 de janeiro de 1978

AMÉLIA DOS PASSOS LIMA DA SILVA
Seção de Pessoal/ DAG/ SVO/GDF
Chefe

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Atos do Superintendente

INSTRUÇÃO DE 05 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do Memorando nº 381/77,

RESOLVE:

CANCELAR a partir de 26.12.77, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608,00 (seiscentos e oito cruzeiros), atribuída ao servidor ANTONIO FERNANDES DE SOUZA, matrícula nº 52.428, Agente de Portaria TP 601.2 — Ref. 07.

Brasília, 05 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 10 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18 dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

Atribuir, a partir de 04.01.78, ao servidor JOSÉ DE MARIA BÔTO PAIVA, matrícula nº 56.557, Datilógrafo SA-502.1 Ref.16, lotado da Secretaria Geral, Unidade do Gabinete da Superintendência, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608.00 (seiscentos e oito cruzeiros), nos termos da Resolução nº 089/76-CA:

Brasília, 10 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO — DE 10 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa e, tendo em vista o constante do processo nº 658.145/77,

RESOLVE:

ATRIBUIR a partir de 01.12.77 a servidora MARIA CRISTINA ENES DE ALMEIDA, matrícula nº 57.219, Agente Administrativo SA 501.2 ref. 24, lotada no Gabinete da Diretoria Financeira, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608,00 (seiscentos e oito cruzeiros), nos termos da Resolução nº 089/76—CA.

Brasília, 10 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO — DE 10 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa e, tendo em vista o constante do processo nº 658.145/77,

RESOLVE:

ATRIBUIR a partir de 01.12.77 ao servidor LUIS CARLOS LIMA SOARES, matrícula nº 57.237, Agente de Portaria TP 601.1 ref. 01, lotado no Gabinete da Diretoria Financeira, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608,00 (seiscentos e oito cruzeiros), nos termos da Resolução nº 089/76—CA.

Brasília, 10 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO — DE 10 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa e, tendo em vista o constante do processo nº 658.769/77,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JOSUÉ RODRIGUES DA ROCHA, matrícula nº 12.579, Condutor Técnico contratado pela Obra nº 6070 Parque Recreativo Rogério Pithon Farias, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-04, de Chefe da Seção de Conservação, da Divisão de Obras Diretas, do Departamento de Urbanização, da Diretoria de Urbanização, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 01 a 30.12.77.

Brasília, 10 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 657.723/77,

RESOLVE:

Designar, o servidor FRANCISCO OZANAN CORREIA COELHO DE ALENCAR, matrícula nº 53.181, Engenheiro Agrônomo NS-409 E-Ref.54, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-01, de Chefe do Departamento de Parques e Jardins da Diretoria de Urbanização em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 02 a 31.01.78, cumulativamente com as funções que exerce de Assistente técnico do referido Departamento.

Brasília, 13 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 658.130/77,

RESOLVE:

Designar, a partir de 01.01.78, o servidor WILSON SILVA, matrícula nº 56.730, motorista TP-602.3 Referência.12, para exercer o Emprego em Comissão símbolo EC-10, de Encarregado do Pool de Transportes, do Serviço de Transportes, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa.

Brasília, 13 de janeiro de 1978

ENgº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

Prorrogar por 10(dez) dias, a contar de 10 de janeiro de 1978, o prazo para apresentação do Relatódio Conclusivo concernente aos trabalhos da Comissão constituída por Inscrição de 20.12.77, Presidida pelo Inspetor da Auditoria EDSON MENDONÇA RIBEIRO, matrícula nº 16.053, tendo como vogais: o Chefe da Seção de Tomadas de Contas da Divisão de Controle da Diretoria Financeira, ROMARIZ DE MELO BITENCURT, matrícula nº 09.225, e o Encerramento de Material de Expediente, da Seção de Material de Consumo da Divisão de Patrimônio, do Departamento Administrativo da Diretoria Administrativa, ADENI DE OLIVEIRA, matrícula nº 52.026, que tem por finalidade proverem o Inventário geral dos bens da Companhia estocados na Divisão do Patrimônio, do Departamento Administrativo da Diretoria Administrativa.

Brasília, 13 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

Atribuir, ao servidor JOSÉ PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 56.506, Motorista TP-602.3 Ref.12, lotado no Serviço de Transportes, do Departamento Administrativo, da Diretoria Administrativa, a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor mensal de Cr$ 608,00(seiscentos e oito cruzeiros), nos termos da Resolução nº 089-CA.

Brasília, 13 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 658.036/77,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor OSMAR CARLOS PINTO, matrícula nº 54.123, Agente Administrativo SA - 501.2 Ref. 24, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 07, de Chefe da Seção de Fiscalização, da Divisão de Implantação, do Departamento de Parques e Jardins, da Diretoria de Urbanização, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 02 a 31.01.78.

Brasília, 17 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o contante do processo nº 658.037/77,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor BARNABÉ FERREIRA LOPES, matrícula nº 40.013, Agente de Serviços de Engenharia NM — 302.5 Ref. 23, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 07, de Chefe da Seção de Administração de Hortos, da Divisão de Agronomia, do Departamento de Parques e Jardins, da Diretoria de Urbanização, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 02 a 21.01.78.

Brasília, 17 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante nº 657.722/77,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor TIAGO GOMES TEIXEIRA NETO, matrícula nº 56.348, Engenheiro Agrônomo NS 409. E Ref. 54, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-02 de Chefe da Divisão de Agronomia, do Departamento de Parques e Jardins, da Diretoria de Urbanização, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares no período de 02 a 21.01.78, cumulativamente com a função que exerce de Chefe da Seção de Pesquisa Agronômica da Divisão de Agronomia, do referido Departamento.

Brasília, 17 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 658.135/77,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor RAIMUNDO FERREIRA DE SOUZA, matrícula nº 11.571,

Agente de Serviços Engenharia NM 302.5 Ref. 23, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC - 07, de Chefe da Seção de Apoio e Controle, da Divisão de Obras Diretas, do Departamento de Urbanização, da Diretoria de Urbanização, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 31.12.77 a 29 de janeiro de 78.

Brasília, 17 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

Designar, o servidor BENJAMIM FRANCISCO NOBRE, matrícula nº 50.825, Agente Administrativo SA-501.2 Ref.24, para responder pelo emprego em Comissão símbolo EC-05, de Chefe da Divisão de Controle do Departamento de Urbanização da Diretoria de Urbanização, em substituição, ao seu titular, durantes o seu impedimento a partir de 01.01.78, cumulativamente com as funções que exerce de Chefe da Seção de Controle de Obras, do referido Departamento.

Brasília, 17 de janeiro de 1978

Egº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art.18, dos Estatutos Sociais da Empresa,

RESOLVE:

Dispensar a partir de 04.01.78, o servidor PEDRO JUSTINIANO DE NORONHA, matrícula nº 56.523, Datilógrafo SA-502.1-Ref.16, do Emprego em Comissão símbolo EC-09, de Despachante judiciário, do Serviço Jurídico da Superintendência.

Brasília, 17 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor-Superintendente

INSTRUÇÃO DE 17 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa, e tendo em vista o constante do processo nº 656.681/77,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JOAO MARIA MARTINS, matrícula nº 50.644, Técnico de Contabilidade NM - 304.5 ref. 25, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-05, de Chefe da Tesouraria, da Diretoria Financeira, em substituição ao seu titular, durante as suas férias regulamentares, no período de 05.12.77 a 03.01.78, cumulativamente com as funções que exerce de Assistente Administrativo «B», da Tesouraria, da referida Diretoria.

Brasília, 17 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO DE 19 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, usando das atribuições que lhe confere o art. 18, dos Estatutos Sociais da Empresa.

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 02.01.78, o servidor FERDINAND LINHARES E SILVA, matrícula nº 57.151, Agente Administrativo SA 501.2 - Ref. 24, para responder pelo Emprego em Comissão símbolo EC-06, de Supervisor de Convênios Assistenciais da Unidade de Relações Públicas/Superintendência.

Brasília, 19 de janeiro de 1978

Engº MAURO DE ALENCAR FECURY
Diretor Superintendente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA MILÉSIMA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, SOB A PRESIDÊNCIA DO SENHOR SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, ENGENHEIRO JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, realizou-se a 1.183a. reunião do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, com a presença dos Senhores Conselheiros MAURO DE ALENCAR FECURY, Diretor Superintendente da Companhia e Membro Nato do Conselho de Administração, ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO, RENOR SANT'ANNA E INÁCIO DE LIMA FERREIRA. Estiveram também presentes à reunião o Senhor Consultor Jurídico Doutor DARIO DELIO CARDOSO, e a Secretária que esta subscreve. Aberta a sessão, o Senhor Presidente procedeu a distribuição dos processos constantes da pauta aos Senhores Conselheiros para relato, determinando a seguir a leitura da Ata da reunião anterior, que lida foi aprovada pelos presentes. Dando início ao exame dos assuntos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO, que relatou os seguintes processos:

01) - Nº 657.154/77, em que a ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS - encaminha proposta da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA S/A-SAB, para fornecimento de SACOLAS DE NATAL, destinados aos servidores da NOVACAP. A decisão foi proferida nos seguintes termos: « O Conselho, com voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do presente processo homologa as providências adotadas pela « Superintendência da Novacap, referente a aquisição à SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASILIA, das Mercadorias relacionadas às fls.04 no valor global de Cr$546.684,24 (quinhentos e quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta e quatro cruzeiros e vinte e quatro centavos), com dispensa de licitação na forma da letra « g» do art. 3º da Resolução nº 084/76-CA.»

02) - Nº 654.444/77, em que a Divisão do Patrimônio, solicita aquisição de cimento. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) - Dispensar a licitação, nos termos do artigo 3º, letra "e", da Resolução nº 084/76-CA; b) - Autorizar a Diretoria Financeira a emitir Nota de Empenho, por estimativa, no valor de Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), a favor da firma CIMENTO TOCANTINS S/A, para aquisição de cimento destinado as diversas obras da NOVACAP." Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou os seguintes processos:

03) - Nº 646.254/77 - referente a re-ratificação das decisões da Diretoria, tomada na 1.270a. sessão, realizada em 05.08.77, e Conselho de Administração em sua sessão nº 1.143a. realizada em 05.08.77. A decisão foi aprovada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, re-ratifica a decisão proferida na sua 1.143a. sessão, realizada em 05.08.77, para alterá-la, no que concerne ao prazo prorrogando-o até 31.12.77 e ao valor a ser adotado que passa a ser de Cr$833.293,14 (oitocentos e trinta e três mil duzentos e noventa e três cruzeiros e quatorze centavos).

04) - Nº 649.274/77, que trata da Tomada de Preços nº 122/77-CPL, para execução, pelo regime de empreitada por preço global de 03 (três) geradores destinados ao DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, em Brasília - Distrito Federal. A decisão foi esta: « O Conselho com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº 122/77-CPL e aprova a proposta da firma DISTRIBUIÇAO DE PEÇAS E RETIFICA NACIONAL DE MOTORES LTDA., de fls.188/189 para execução pelo regime de empreitada por preço global, de 03 (três) geradores destinados ao DEPARTAMENTO DE IMPERNSA NACIONAL, em Brasília-DF., pelo valor global de Cr$ 3.960.000,00 (três milhões, novecentos e sessenta mil cruzeiros) com o prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço.» Dando prosseguimento à reunião o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro, JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO, que relatou este processo:

05) nº 655.964/77, concernente a renovação do contrato nº 622/77, de interesse da firma PREMENGE — PREMOLDADOS ENGENHARIA LTDA., para execução, de redes de captação de águas pluviais e canais à céu aberto, no PARQUE DE RECREAÇAO DE BRASILIA-DF. A decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, e considerando o que consta do processo, autoriza a renovação do Contrato nº 622/77, da firma PREMENGE Premoldados Engenharia Ltda., para aditar seu valor previsto em sua Cláusula Décima, a importância de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), que corresponde a aproximadamente 11% (onze por cento) do seu valor inicial e prorrogar seu prazo por 45 (quarenta e cinco) dias, mantidas as demais Cláusulas e condições do mesmo." A seguir, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro RENOR SANT'ANNA, que relatou o processo seguinte:

06) - Nº 655.963/77, relativo a renovação do Contrato nº 619/77, de interesse da Firma PREMENGE - Premoldados Engenharia Ltda., para execução de redes de captação de águas pluviais e canais à céu aberto, no PARQUE DE RECREAÇAO DE BRASILIA — DF. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando o que consta do processo, autoriza a renovação do Contrato nº 619/77, da firma PREMENGE-Premoldados e Engenharia Ltda, a importância de Cr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) que corresponde a aproximadamente 30% (trinta por cento) do seu valor inicial e prorrogar seu prazo por 45 (quarenta e cinco) dias, mantidas as demais Cláusulas e condições do mesmo." Com a palavra que lhe foi concedida pelo Senhor Presidente o Conselheiro INÁCIO DE LIMA FERREIRA, que relatou o processo a seguir enumerado:

07) Nº 654.728/77, em que a DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES solicita autorização para realização de Concorrência, para construção total, sob regime de empreitada por preço global, da Delegacia de Vigilância e Capturas e seus anexos, localizada no Setor de Areas Isoladas Sudoeste lote 02, em Brasília-DF. A decisão foi esta: « O Conselho com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, autoriza a realização da Concorrência nº 010/76-CPL, para construção total, sob o regime de empreitada por preço global, da Delegacia de Vigilância e Capturas e seus anexos, localizada no Setor de Areas Isoladas Sudoeste lote 02, em Brasília-DF». Finalizando à reunião, o Conselho apreciando a indicação do Senhor Diretor Superintendente para que o Senhor Diretor de Urbanização responda cumulativamente pela Superintendência no período de 28/12 a 04/01/78, proferiu esta decisão: «O Conselho aprova a indicação do Senhor Diretor Superintendente, designando o Senhor Diretor de Urbanização, Engº. PAULO JANOT BORGES, para responder cumulativamente pela Superintendência no período de 28/12 a 04/01/78. « Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião da qual, para constar, eu, MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO ARAUJO, Secretária-Substituta, lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes e pelo Senhor Consultor Jurídico.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES — Presidente; MAURO DE ALENCAR FECURY —; ORLANDO MIRANDA DE ARAGÃO; FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO; JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO; RENOR SANT'ANNA; INÁCIO DE LIMA FERREIRA; DARIO DELIO CARDOSO-Consultor Jurídico; MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO ARAUJO — Secretária-Substituta

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 11 DE 23 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do Art.44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Autorizar JOSÉ RIOS SÓCRATES, Diretor da Di-

visão de Estudos e Projetos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e MANOEL MARQUES MESQUITA, Motorista da Tabela de Empregos Permanentes-TEP do DER-DF a viajarem à cidade de Goiânia-GO, para representar o DER-DF junto ao DNER na Fiscalização do Cadastro Rodoviário do Distrito Federal, no dia 24 de janeiro de 1978

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 014 DE 24 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do Art.44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078, de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº 415.042/78-DER-DF.

RESOLVE:

Designar, o servidor EDGAR DE LUCENA, Mecânico de Motor a Combustão, nível EP-08, matrícula nº 91.472-C, da Tabela de Empregos Permanentes da TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para substituir o servidor ARMANDO GOMES NUNES FILHO, Chefe da Secão de Conservação e Reparos durante suas férias regulamentares no período de 16-01/78 a 14/02/78

Brasília-DF, 24 de janeiro de 1978

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 15 DE 24 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o Item VI, do Art. 44, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.078 de 03 de dezembro de 1975 e tendo em vista o constante do Processo nº 415.024/78-DER-DF

RESOLVE:

Designar o servidor GENÉSIO ANACLETO TOLENTINO, nível EP-18, matrícula nº 90.860-C, da Tabela de Empregos Permanentes - TEP, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, para no periodo de 01/02/78 a 02/03/78, exercer as atribuições de Chefe do Primeiro Distrito Rodoviário do Distrito Federal, em substituição ao servidor RONAN TEIXEIRA CAMPOS.

Brasília-DF., 24 de janeiro de 1978

Engº ARINO OTON DE LIMA
Diretor-Geral

COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sessão nº 328
Decisão nº 10
Processo nº 650.800/77
Referência: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP

DECISÃO

O Conselho, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE aprovar a minuta do 1º TERMO ADITIVO DO CONVENIO nº 426/77 celebrado entre a TERRACAP e a NOVACAP, autorizando, consequentemente a realização da despesa estimada em Cr$ 4.529.461,00 (quatro milhões, quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e um cruzeiros), a favor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP.

Relator: Conselheiro FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA

JOSE REINALDO CARNEIRO TAVARES
Presidente

FRANCISCO HORTA BARBOSA DA SILVA
Membro

ARMANDO COLAVOLPE
Membro

DALMO PIMENTEL DOS SANTOS
Membro

JULIO CESAR DE ROSE
Membro

FRANCISCO LEOCADIO ARAUJO PINTO
Membro

DARIO DELIO CARDOSO
Membro

DIRETORIA

Sessão nº: 312
Decisão nº: 3.158
Processo nº: 697.208/77
Referência: CONSTRUTORA CAMPOS ALTOS LTDA
Aquisição de área no STRC

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote nº 08 — Conj. "A" — Trecho 02 — STRC à CONSTRUTORA CAMPOS ALTOS LTDA observados o preço de Cr$ 921.000,00 (novecentos e vinte e um mil cruzeiros) já estabelecido pelo CONAD/TERRACAP em sua decisão de 14.07.77 (fls. 67/69) e as condições da Resolução nº 47/77-CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, para se concretizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar que a requerente desobstrua o terreno que ocupa, no prazo máximo e improrrogável de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar da data da expedição da "Autorização de Ocupação a Título Precário" a ser fornecida por esta Companhia através da Divisão Jurídica conforme estabelece o Art. 10 da Resolução nº 47/77—CONAD.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOÃO ALCIDES HOMAR

Sessão nº: 320
Decisão nº: 3.243
Processo nº: 07.574/74
Referência: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Solicitações de reversão de imóveis.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração e posteriormente à Douta Assembléia Geral, opinando pela revogação das decisões proferidas pela Diretoria, Conselho de Administração e Assembléia Geral Extraordinária da TERRACAP (fls. 270, 272 e 281/286), que por sua vez revogaram Decisão nº 09 — Diretoria/NOVACAP, Decisão nº 26 — Conselho de Administração/NOVACAP e Decisão da Assembléia Geral/NOVACAP de 27.12.74, e com base no art. 3º, item VII, da Lei 5.861 de 12.12.72, propondo a doação dos imóveis constantes da relação anexa à União para que, esta na forma a ser encontrada na área respectiva, possa transferí-los ao Ministério das Comunicações ou diretamente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, procedendo-se as respectivas baixas patrimoniais e adotando-se nas Escrituras de Transferência dos terrenos à União, o Termo DOAÇÃO, e não reversão como consta das Decisões anteriores, vez que o art. 8º da Lei 5.861/72, de 12.12.72, revogou o art. 10, item II da Lei 2.874, de 1.956, que respaldava a terminologia empregada.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOÃO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 320
Decisão nº: 3.244
Processo nº: 692.343/77
Referência: JOÃO ROSA PAES LANDIM

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE revogar a Decisão da Diretoria da NOVACAP, publicada no Distrito Federal de 05 de setembro de 1969, através do processo nº 1.504/69 — SVO (34.881/69—SVO), que autorizou o arrendamento ao Sr. JOÃO ROSA PAES LANDIM, da área situada no final do Núcleo Rural de Taguatinga distante 100 (cem) metros da Chácara nº 44 do referido loteamento.
Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOÃO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 320

Decisão nº: 3.245

Processo nº: 699.242/77

Referência: CIA. IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria ao egrégio Conselho de Administração, opinando pela aprovação, nos termos do art. 6º da Resolução nº 06/73—CONAD, dos Laudos de Avaliação elaborados pela GEPEA, fixando o preço mínimo para os imóveis que serão arrolados em futuras Licitações Públicas.

L.A. Nº 2.230/77 — IMOVEL AOS-8 — Área Octogonal Sul — SHCE/Sul — Cr$ 30.000.000,00; L.A. Nº 2.231/77 — IMOVEL AOS-7 — Área Octogonal Sul — SHCE/Sul — Cr$ 30.000.000,00.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOÃO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº 321
Decisão nº: 3.265
Processo nº 685.776/77
Referência: MARIA DAS GRAÇAS CORREIA DA SILVA
Regularização de lote residencial.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote nº 25, Conjunto "B", Quadra 05, setor Residencial da CS/SO-BRADINHO à MARIA DAS GRAÇAS CORREIA DA SILVA, observado o preço a ser fixado pelo CONAD/TERRACAP e as condições estabelecidas na Decisão nº 2.365 da Diretoria Colegiada, de 24.05.77, complementada pela Decisão nº 2.024, de 30.05.77, do Conselho de Administração; b) Fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade a ser estabelecido para o valor do imóvel, para se efetuar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) enviar a matéria ao egrégio Conselho de Administração a fim de ser fixado o preço de Cr$ 23.952,00 (vinte e tres mil, novecentos e cinquenta e dois cruzeiros), constante do Laudo de Avaliação nº 2.066/77 fls. 75/76, elaborado pela GEPEA, para o terreno em apreço.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 322
Decisão nº: 3.269
Processo nº 697.411/77
Referência: ALCIDES FREIRE DIAS (CASA DOS RADIADORES)
Aquisição de Área no Setor de Oficinas Sul

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda dos lotes 05 e 06 - Conjunto "A" - Quadra 14, SOF/SUL, a firma ALCIDES FREIRE DIAS, observados o preço fixado pelo CONAD/TERRACAP e mencionado no tópico 3 do relatório de fls. 27/29, com as condições estabelecidas no Resolução 54/77-CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar, que a firma requerente, encerre suas atividades no local ocupado atualmente no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o Art. 12 da Resolução nº 54/77-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 322
Decisão nº: 3.270
Processo nº 698.521/77
Referência: TRANSTERRA DE BRASÍLIA LTDA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote 02, Trecho 04 - Conj. "B" - STRC, a TRANSTERRA DE BRASÍLIA LTDA observados o preço estabelecido pelo CONAD/TERRACAP e mencionado no tópico 3 do relatório de fls. 60/62, e as condições da Resolução nº 52/77-CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação, para se concretizar o negócio,

sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar que a empresa requerente encerre suas atividades no local ocupado atualmente, no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato. conforme prevê o Art. 13 da Resolução nº 52/77-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 322
Decisão nº: 3.271
Processo nº 695.027/77
Referência: EDSON GOMES MACEDO (TRANSPORTADORA MACEDO)
Permuta de área no STRS

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a permuta do lote nº 04 - Conj. "B" - Trecho 03 - STRC com o lote 09 - Conj. "A" - Trecho 02 - STRC a empresa EDSON GOMES MACEDO (TRANSPORTADORA MACEDO) observados o preço estabelecido pelo CONAD /TERRACAP e mencionado no tópico 05 do relatório de fls. 56/57 e as condições da Resolução nº 52/77-CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação para se concretizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar que a empresa requerente encerre suas atividades no local ocupado atualmente, no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o artigo 13 da Resolução nº 52/77-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 322
Decisão nº: 3.273
Processo nº 698.143/77
Referência: BOX PEÇAS E MECÂNICA LTDA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote nº 07 - Conj. "B" - Quadra 11, SOF /SUL, a firma BOX PEÇAS E MECÂNICA LTDA observados o preço fixado pelo CONAD /TERRACAP e mencionado no tópico 03 do relatório de fls. 43/45, com as condições estabelecidas na Resolução 54/77-CONAD. b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar, que a firma requerente, encerre suas atividades no local ocupado atualmente no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o Art. 12 da Resolução nº 54/77-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 322
Decisão nº: 3.274
Processo nº 698.138/77
Referência: HELIVAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE BATERIAS LTDA.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote nº 06 - Conj. "A" - Quadra 11, SOF /SUL, a firma HELIVAR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE BATERIAS LTDA observados o preço fixado pelo CONAD /TERRACAP e mencionado no tópico 3 do relatório de fls. 37/39, com as condições estabelecidas na Resolução 54/77-CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar, que a firma requerente, encerre suas atividades no local ocupado atualmente no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o Art. 12 da Resolução nº 54/77-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM
ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 323
Decisão nº: 3.275
Processo nº: 698.519/77
Referência: CITRAM — COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote 07, Trecho 04 - Conj. «B» - STRC, a CITRAM—COMÉRCIO E TRANSOPORTES LTDA observados o preço estabelecido pelo CONAD /TERRACAP e mencionado no tópico 03 do relatório de fls. 54/56, e as condições da Resolução nº 52/77 — CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação, para se concretizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar que a empresa requerente encerre suas atividades no local ocupado atualmente, no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o Art. 13 da Resolução nº 52/77—CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOÃO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 323
Decisão nº: 3.276
Processo nº: 695.020/77
Referência: COMERCIAL TOSKIDS'S LTDA
Aquisição de área no STRC

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a permuta do lote 07 — Conjunto "B" — Trecho 04 — STRC, com o lote 05 — Conj. «A» - Trecho 01 - STRC a comercial TOSKID'S LTDA., observados o preço estabelecido pelo CONAD /TERRACAP e mencionado no tópico 05 do relatório de fls. 98/99 e as condições da Resolução 52/77 — CONAD; b) considerar a importância já paga pelo interessado como parte de pagamento relativo à entrada inicial do imóvel a ser permutado; e c) determinar que a empresa requerente encerre suas atividades no local ocupado atualmente, no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o artigo 13 da Resolução 52/77 — CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

JOÃO ALCIDES HOMAR

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 323
Decisão nº: 3.280
Processo nº: 698.139/77
Referência: TORNEADORA FIX LTDA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote nº 07 — Conj. "A" — Quadra 11, SOF /SUL, a firma TORNEADORA FIX LTDA observados o preço fixado pelo CONAD /TERRACAP e mencionado no tópico 3 do relatório de fls. 44/46, com as condições estabelecidas na Resolução nº 54/77-CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar, que a firma requerente, encerre suas atividades no local ocupado atualmente no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o Art. 12 da Resolução nº 54/77-CONAD.

Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 323
Decisão nº: 3.281
Processo nº: 697.412/77
Referência: JACINTO NICOLAU RODRIGUES COSTA (MOTOT FORT)
Aquisição de área no SOF /SUL

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda dos lotes 01 e 02 — Conj. "A" — Quadra 14, SOF /SUL, a firma JACINTO NICOLAU RODRIGUES COSTA, observados o preço fixado pelo CONAD /TERRACAP e mencionado no tópico e do relatório de fls. 26/28, com as condições estabelecidas na Resolução 54.77-CONAD/ TERRACAP; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar, que a firma requerente, encerre suas atividades no local atualmente ocupado, no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o Art. 12 da Resolução nº 54/77-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 323
Decisão nº: 3.282
Processo nº: 698.517/77
Referência: TRANSBARROS — TRANSPORTES E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote 07, Trecho 04 - Conj. "C" - a TRANSBARROS — TRANSPORTES E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, observados o preço estabelecido pelo CONAD/ TERRACAP e mencionado no tópico 3 do relatório de fls. 51/53, e as condições da Resolução nº 52/77-CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação, para se concretizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar que a empresa requerente encerre suas atividades no local ocupado atualmente, no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o Art. 13 da Resolução nº 52/77-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº 323
Decisão nº 3.286
Processo nº 03.023/76
Referência : GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL /SECRETARIA DE SEGURANÇA PUBLICA
Regularização de terreno.

DECISAO

A Diretoria , com voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo , RESOLVE encaminhar a matèria à apreciação do egrègio Conselho de Administração, sugerindo seu envio à douta Assembléia Geral pelo disposto no Capítulo IV, artigo 13, inciso IV dos Estatutos Sociais da Empresa , com proposta de doação as DISTRITO FEDERAL, para uso da SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA da área destinada a Delegacia de Polícia /SEP, QNM -02 Setor "M' Norte da CS /TAGUATINGA, procedendo-se a respectiva baixa patrimonial no valor histórico de Cr$ 114.797,48 (cento e quatorze mil setecentos e noventa e sete cruzeiros e quarenta e oito centavos)
Relator : Diretor NID DUTRA D' AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE

NID DUTRA D'AMORIM

EDMAR DIAS MATOS

JOÃO ALCIDES HOMAR

Sessão nº: 323
Decisão nº: 3.300
Processo nº: 06.563/74
Referência: OFICINA MECÂNICA BANDEIRANTE LTDA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda do lote "J" — Área Especial nº 12 — Avenida Central da CS /NUCLEO BANDEIRANTE, à OFICINA MECÂNICA BANDEIRANTE LTDA., observado o preço fixado pelo CONAD /TERRACAP e as condições da Resolução nº 13/74-CONAD e demais encargos da Resolução nº 06/73-CONAD e suas alterações; e b) fixar o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento da notificação, respeitado o período de validade estabelecido para o valor do imóvel, para se efetivar a transação, sob pena de cancelamento tácito desta autorização.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
EDMAR DIAS MATOS
JOÃO ALCIDES HOMAR

Sessão nº: 323
Decisão nº: 3.301
Processo nº: 698.675/77
Referência: FERRARI & CIA. LTDA (IDEAL AUTO PEÇAS)

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a venda dos lotes 01 a 04 — Conj. "B" — Quadra 11, SOF /SUL, a firma FERRARI E CIA. LTDA (IDEAL AUTO PEÇAS) observados o preço fixado peloCONAD/ TERRACAP e mencionado no tópico nº 03 do relatório de fls. 35/37, com as condições estabelecidas na Resolução 54/77-CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação para se formalizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; c) determinar, que a firma requerente, encerre suas atividades no local ocupado atualmente no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o Art. 12 da Resolução nº 54/77-CONAD.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº: 323
Decisão nº: 3.302
Processo nº: 01.603/74
Referência: MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
Solicita urbanização da SQN 305

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) ratificar as decisões dos Ogãos Colegiados da NOVACAP que autorizaram a doação dos imóveis localizados na Superquadra Norte 305, à UNIÃO FEDERAL para uso do Ministério do Exército, excluídas evidentemente as projeções 12, 13, 14 e 15 que foram suprimidas; b) pela doação dos acréscimos ocorridos nas projeções 01 a 11 da Superquadra Norte 305, no valor histórico de Cr$ 3.151.123,86 (três milhões, cento e cinqüenta e um mil, cento e vinte e três cruzeiros e oitenta e seis centavos), à União, para uso do Ministério do Exército, procedendo-se a respectiva baixa patrimonial, elaborando-se uma única Escritura de Doação, tendo em vista que ainda não foi lavrada a escritura de doação para os imóveis objeto do presente processo, anteriormente doados.
Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº : 323
Decisão nº : 3.303
Processo nº : 695.005/77
Referência: TRANSPESO — TRANSPORTE DE PESO LTDA
Permuta de área no STRC.

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE: a) autorizar a permuta do lote 02 — Conj. "B" — Trecho 03 — STRC com o lote 04 — Conj. "B" — Trecho 03 — STRC a empresa TRANSPESO-TRANSPORTE DE PESO LTDA, observados o preço estabelelecido pelo CONAD/TERRACAP e mencionado no tópico 05 do relatório de fls. 64/65 e as condições da Resolução nº 52/77-CONAD; b) fixar o prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação para se concretizar o negócio, sob pena de cancelamento tácito desta autorização; e c) determinar que a empresa requerente encerre suas atividades no local ocupado atualmente, no prazo de 18 (dezoito) meses a contar da data da assinatura do contrato, conforme prevê o artigo 13 da Resolução nº 52/77-CONAD. Relator: Diretor NID DUTRA D'AMORIM

ARMANDO COLAVOLPE
NID DUTRA D'AMORIM
JOÃO ALCIDES HOMAR
EDMAR DIAS MATOS

Sessão Nº : 323
Decisão nº : 3.304
Processo nº : 699.621/77
Referência: COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

DECISÃO:

A Diretoria com o voto do Relator, e à vista do contido no presente processo, RESOLVE sugerir a aprovação do Termo Aditivo ao Convênio de nº 248/77, celebrado entre a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA-TERRACAP e a **COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL** DO BRASIL-NOVACAP, que regula a Administração pela NOVACAP, das obras de conclusão e ampliação do TEATRO NACIONAL em Brasília Distrito Federal, no valor estimado de Cr$ 40.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) a ser cumprido com recursos orçamentários do exercício de 1978.
Relator: Diretor: EDMAR DIAS MATOS

ARMANDO COLAVOLPE
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM
EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº : 323
Decisão nº : 3.307
Processo nº : 694.430/77
Referência: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO:

A Diretoria, com o voto do Relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE autorizar a Tesouraria/GEFIN a receber uma prestação atrasada juntamente com uma prestação do mês em curso.

Relator: Diretor EDMAR DIAS MATOS

ARMANDO COLAVOLPE
EDMAR DIAS MATOS
JOÃO ALCIDES HOMAR
NID DUTRA D'AMORIM

Sessão nº : 323
Decisão nº : 3.308
Processo nº : 10.481/76
Referência: ANTONIO VENÂNCIO DA SILVA - COMPANHIA LTDA

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator RESOLVE, encaminhar a matéria à apreciação do egrégio Conselho de Administração, sugerindo aprovação do contrato de Compromisso de Compra e Venda, concedendo-lhe 24 meses para conclusão da 1ª. etapa da Obra, a serem erigidas no lote B, do Trecho **B do Setor Comercial Norte Plano Piloto, conforme parecer da Consultoria Técnica** de fls. 12/13, findo este prazo seja outorgado uma Escritura Pública de Compra e Venda com Pacto de Retrovenda.
Relator: Diretor JOÃO ALCIDES HOMAR

ARMANDO COLAVOLPE

JOAO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D'AMORIM

EDMAR DIAS MATOS

Sessão nº : 323
Decisão nº : 3..309
Processo nº : 699.825/77
Referência: GERÊNCIA FINANCEIRA/DIAFI — TERRACAP

DECISÃO

A Diretoria, com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE encaminhar a matéria à consideração do Egrégio Conselho de Administração, solicitando autorização para a contratação, por prestação de serviços pelo prazo de 90 (noventa) dias, de **2 (dois) técnicos de Contabilidade, conforme requerido pelo Senhor Chefe da Gerência Financeira**.
Relator: Diretor EDMAR DIAS MATOS

ARMANDO COLAVOLPE

EDMAR DIAS MATOS

NID DUTRA D'AMORIM

JOAO ALCIDES HOMAR

Sessão nº 324
Decisão nº 3.325
Processo nº 699.855/77
Referência: REDE GLOGO

DECISAO

A Diretoria , com o voto do relator e à vista do contido no presente processo, RESOLVE autorizar a realização da despesa de Cr$ 373.960,00 (trezentos e setenta e três mil , novecentos e sessenta cruzeiros) à conta do Elemento de Despesa - 3.1.3.0, Serviços de Terceiros, Sub-elemento 07 - Divulgação e Publicidade, para produção e Divulgação da mensagem de Natal , na Rede Globo.

Relator: Diretor EDMAR DIAS MATOS

ARMANDO COLAVOLPE

EDMAR DIAS MATOS

JOAO ALCIDES HOMAR

NID DUTRA D' AMORIM

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Atos do Presidente

INSTRUÇAO DE 10 DE JANEIRO DE 1978..

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a partir desta data, PAULO DA COSTA SILVA, Auxiliar Administrativo I, matrícula 299 da TEP, do emprego em comissão, símbolo EC-14, de Chefe da Seção Administrativa, da Coordenação de Ação Comunitária da Fundação, do Departamento de Ação Comunitária, desta Fundação.

Brasília, 10 de janeiro de 1.978.

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES
Diretor-Presidente

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 01/78

Aprova o Distrato do Convênio, firmado entre esta Fundação e o Lar Fabiano de Cristo, para administração do Centro Integrado de Atençaõ ao Menor do Gama, em regime de semi-internato.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO DO SERVÇIO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o disposto do processo nº 606.405/77;

RESOLVE:

Aprovar o distrato do convênio, celebrado entre esta Entidade e o Lar Fabiano de Cristo, para a administração do Centro Integrado de Atenção ao Menor, visando o atendimento a 250 menores, de ambos os sexos, em regime de semi-internato, conforme a minuta constante do processo supracitado.

Brasília, 02 de janeiro de 1978.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

NELJANIR DA SILVA GUIMARAES

VITAL DE MORAES ANDRADE
JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM

JOÃO FELÍCIO SCÁRDUA

JENNY ANTUNES DE SOUZA

JOSÉ MANOEL COELHO

RESOLUÇAO Nº 02/78 DE 02 DE JANEIRO DE 1978.

Aprova o "Orçamento Interno por Programas" da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1978.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDACAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DSITRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais

RESOLVE:

1. Aprovar o Orçamento Interno por Programas (OIP) da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, para o exercício financeiro de 1978, que estima a Receita em Cr$ 63.887.000,00 (Sessenta e três milhões oitocentos e oitenta e sete mil cruzeiros e fixa a Despesa em igual valor.

2. A Receita da Fundação do Serviço Social será arrecadada na forma da legislação e das normas em vigor, de acordo com a discriminação constante do Anexo I da presente Resolução, observado o seguinte desdobramento:

I RECEITA PROPRIA	
RECEITAS CORRENTES	7.349.000
RECEITA PATRIMONIAL	201.000
RECEITAS DIVERSAS	7.148.000
RECEITAS DA CAPITAL	101.000
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	100.000
Amortização de Empréstimos Concedidos	1.000
TOTAL	7.450.000
II— TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.537.000
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.900.000
TOTAL	56.437.000
TOTAL GERAL	63.887.000

3. A despesa da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal será realizada de acordo com a discriminação constante dos Anexos II e III da presente Resolução, obedecido o seguinte desdobramento:

III— DESPESAS POR PROGRAMAS	Cr$1,00
COORDENAÇÃO SUPERIOR E ADMINISTRAÇÃO GERAL	27.263.000
INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE	36.624.000
TOTAL	63.887.000

4. Esta Resolução entrará em vigor a partir desta data.

5. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 02 de janeiro de 1978.

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

NEIJANIR DA SILVA GUIMARAES

JENNY ANTUNES DE SOUZA

JOSÉ EDUARDO CARREIRA ALVIM

JOSÉ MANOEL COELHO

JOÃO FELÍCIO SCÁRDUA

VITAL DE MORAES ANDRADE

SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. - SHIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇAO Nº 001/78 - C.A.

Dispõe sobre solicitações de unidades habitacionais desta Sociedade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA-SHIS, de acordo com a competência que lhe é conferida pelos itens I a XVI, da Cláusula DECIMA-TERCEIRA, Capítulo III, Título III, do Contrato Social da Sociedade.

RESOLVE:

« Indeferir, por unanimidade, as solicitações dos Senhores VALENTIN MANUEL DA SILVA - Processo nº 084.237/77, NATANAEL ALMEIDA RODRIGUES - Processo nº 102.327/77 e de DEIR DE JESUS OLIVEIRA e ANDRELINO CARDOSO DE OLIVEIRA - Processo nº 093.869/77 e de RAIMUNDA LOPES CONCEIÇÃO FREITAS e CESARIO PEDRO DE FREITAS-Processo nº 090.144/77

Brasilia, 09 de janeiro de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Presidente

DILSON CARLOS REHEM

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 358 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso V, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975.

RESOLVE:

Determinar que o Departamento de Serviços Públicos desta Secretaria, seja o órgão executor do contrato para empreitada por preço global, celebrado em 30 de dezembro de 1977, entre o Distrito Federal e a firma Construtora Embramar S/A, objetivando a construção de 8 (oito) Abrigos para Passageiros de Ônibus, na Av. L-2 Norte do Plano Piloto.

Distrito Federal, 30 de dezembro de 1977

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 023 DE 24 DE JANEIRO DE 1978.

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 033.327/77,

RESOLVE:

Conceder o titulo de perpetuidade requerido por MARIA DA PENHA DE FIGUEIREDO DA SILVA, ao jazigo nº 59, Quadra 113, do Cemitério «Campo da Esperança», situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultada sua filha DENILDA SILVA CAIXETA, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1.963.

Distrito Federal, 24 de janeiro de 1.978.

JOSE GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos.

PORTARIA Nº 024 DE 24 DE JANEIRO DE 1978.

O SECRETARIO DE SERVIÇOS PUBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1.975, e tendo em vista o que consta do processo nº 033.569/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por NADIR SILVA, ao jazido nº 11, Quadra 510, do Cemitério «Campo da Esperança», situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultada sua filha DENILDA SILVA CAIXETA, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1.963.

Distrito Federal, 24 de janeiro de 1.978.

JOSE GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos.

PORTARIA DE 26 DE JANEIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL; no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o Ofício nº 003/78-DFCP, datado de 16 de janeiro de 1978,

RESOLVE:

Designar, nos termos da alínea «a», do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, o servidor BUCK JONES LASSI, Motorista Oficial, Classe «B», código TP-601.5, matrícula nº 15.917, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, no período de 23.01.78 a 21.02 .78, o Chefe da Seção de Fiscalização de Bancas de Jornais e Revistas da Divisão de Fiscalização de Concessões e Permissões do Departamento de Concessões e Permissões desta Secretaria, símbolo FC-05, por motivo de férias regulamentares.

Distrito Federal, 26 de janeiro de 1978

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

DESPACHOS

Processo nº. 718.250/77
Interessado. COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA—CAESB

Assunto: Requer pagamento da fatura nº 77070518/77, referente ao mês de julho de 1977.

Face as informações constantes deste processo, RECONHEÇO A DIVIDA, no valor de Cr$ 1.100,09 (um mil, cem cruzeiros e nove centavos), a favor de COMAPNHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA—CAESB, referente à fatura nº 77070518/77, nos termos do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968.

Brasília, 23 de janeiro de 1978

JOSÉ GERALDO MACIEL

Secretário de Serviços Públicos

PROCESSO Nº: 000698/78
INTERESSADO: INDUSTRIAS VILLARES S/A
ASSUNTO: Encaminha Proposta

Nos termos da alínea "a", inciso II, artigo 3º do Decreto nº 1.703, de 31.05.71, DISPENSO A LICITAÇÃO, em favor da firma INDÚSTRIA VILLARES S/A, no valor de Cr$ 13.250,00 (treze mil e duzentos e cinquenta cruzeiros), para fazer às despesas com os serviços a serem executados no elevador nº 12.723-BR, instalado na Torre de Televisão de Brasília, quais sejam: fornecimento e instalação de uma porta do tipo corrediça horizontal, de duas folhas, com abertura central para o pavimento do mirante,, construída de madeira compensada, com revestimentos de chapas de aço inoxidável e com tapa-vista especial e um novo assoalho de madeira compensada para cabina, com revestimento em paviflex, em substituição aos materiais atualmente existentes, que se encontram danificados, conforme consta do presente processo, bem como autorizo a emissão da respectiva Nota de Empenho.

Brasília, 23 de janeiro de 1978

JOSÉ GERALDO MACIEL

Secretário de Serviços Públicos

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

CONSELHO DELIBERATIVO

Sessão de 13 de Janeiro de 1978

Processo nº 625552/77 - FZ.
Interessado IZAIAS PORTO ELLER
Assunto Requer o arrendamento do lote nº 63, da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau.
Relator: JAYME LEIRO VILAN 001

RESOLUÇÃO 001

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto , e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade tècnica e financeira do projeto , manifestada pelo Departamento de Assistência Tècnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade ; e,

considerando , finalmente , o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro : JAYME LEIRO VILAN .

RESOLVE:

autorizar o arrendamento do lote nº 64, da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau , ao Sr. IZAIAS PORTO ELLER , nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS - Presidente; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro ; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS; Conselheiro.

Sessão de 13 de janeiro de 1978

Processo nº: 623151/77-FZ.
Interessado: EDILBERTO ALQUIMAR DE ANDRADE
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 01, do Núcleo Rural de Tabatinga.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 003

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro: JAYME LEIRO VILAN,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 01, do Núcleo Rural de Tabatinga, ao Sr. EDILBERTO ALQUIMAR DE ANDRADE, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CASRMO DANTAS - Presidente; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro.

Sessão de 17 de janeiro de 1978
Processo nº: 623119/77-FZ
Interessado: ALBERTO ALVES LOPES
Assunto: Requer o arrendamento do módulo nº 11 - Área Isolada "F" PAD-DF.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 004

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o porcesso literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro: JAYME LEIRO VILAN,

RESOLVE:

autorizar o arrendamento do módulo 11 da Área Isolada "F" do PAD-DF com 353,50 hectares, ao Sr. ALBERTO ALVES LOPES, condicionando a lavratura do respectivo contrato a liberação da Área pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB. Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e a aprovação do projeto por Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, nos termos do artigo 3º parágrafos 3º e 4º do Decreto nº 2.739/74, alterado pelo Decreto nº 3.301, de 07/07/76.

PEDRO DO CARMO DANTAS - Presidente; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro.

Sessão de 17 de janeiro de 1978
Processo nº: 626024/77-FZ
Interessado: ARMANDO LEITE ROLEMBERG
Assunto: Requer o arrendamento da Área Isolada nº 12, Fazenda Larga - Município de Formosa.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 005

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro: JAYME LEIRO VILAN.

RESOLVE:

autorizar o arrendamento da Área Isolada nº 12, Fazenda Larga, com 80,00 hectares, ao Sr. ARMANDO LEITE ROLEMBERG, condicionando a lavratura do respectivo contrato a liberação da Área pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU e a aprovação do projeto por Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, nos termos do artigo 3º , parágrafos 3º e 4º do Decreto nº 2.739/74 alterado pelo Decreto nº 3.301, de 07.07.76.

PEDRO DO CARMO DANTAS - Presidente; JOÃO AL-

CIDES HOMAR - Conselheiro; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro.

SESSÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

Processo nº: 625219/77-FZ.
Interessado: YVONNE DE ALMEIDA ALVES
Assunto: Requer a transferência do Contrato de arrendamento do lote nº 04, do Núcleo Rural de Sobradinho I.
Relator: JAYME LEIRO VILAN

RESOLUÇÃO Nº 006

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando os pareceres favoráveis da Procuradoria Jurídica da Entidade, e do Senhor Relator do processo, Conselheiro: JAYME LEIRO VILAN,

R E S O L V E:

a) anuir na transferência do Contrato de arrendamento do lote nº 04 do Núcleo Rural de Sobradinho I, para YVONNE DE ALMEIDA ALVES; e,

b) determinar ao DTR que acrescente à cláusula primeira do Contrato de arrendamento o PARAGRAFO UNICO com a redação sugerida pela Procuradoria Jurídica, às peças 54/55 deste processo, conforme o disposto no artigo 19 do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS - Presidente; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro.

Sessão de 17 de janeiro de 1978
Processo Nº: 623351/77-FZ
Interessado: JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS
Assunto: Requer o arrendamento do módulo nº 23 - Área Isolada "C" - PAD/DF.
Relator: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO Nº 011

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro: JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE:

autorizar o arrendamento do módulo 23, Área Isolada "C" PAD/DF com 249,50 hectares ao Sr. JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS, condicionando a lavratura do respectivo Contrato a aprovação do projeto por Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, de acordo com o disposto no parágrafo 4º, artigo 3º do Decreto nº 2.739/74, alterado pelo Decreto nº 3.301, de 07.07.76.

PEDRO DO CARMO DANTAS - Conselheiro; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiiro

Sessão de 17 fe janeiro de 1978
Processo nº: 622610/77-FZ
Interessado: FRANCISCO PILOMIA DE SOUZA
Assunto: Requer o arrendamento da Área Isolada nº 01 Fazenda Buenos Aires
Relator: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO Nº 012

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro: JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE:

autorizar o arrendamento da Área Isolada nº 01, Fazenda Buenos Aires ao Sr. FRANCISCO PILOMIA DE SOUZA, condicionando a lavratura do respectivo Contrato a aprovação do projeto por Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, de acordo com o disposto no parágrafo 4º, artigo 3º, do Decreto nº 2.739/74, alterado pelo Decreto nº 3.301, de 07.07.76.

PEDRO DO CARMO DANTAS - Presidente; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro.

Sessão de 17 de janeiro de 1978
Processo nº: 624232/77-FZ
Interessado: ARY MARCOS DA SILVA
Assunto: Requer o arrendamento da Área Especial relativa aos lotes nº s: 179, 180 e 181 da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau.
Relator: JOÃO ALCIDES HOMAR

RESOLUÇÃO Nº 013

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª. Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro: JOÃO ALCIDES HOMAR,

RESOLVE:

autorizar o arrendamento da Área Especial relativa aos lotes nº s 179, 180 e 181, da Colônia Agropecuária Taquara Pipiripau, ao Sr. ARY MARCOS DA SILVA, condicionando a lavratura do respectivo Contrato a aprovação do projeto por Sua Excelência o Senhor Governador do Distrito Federal, nos termos do artigo 5º, letra "f", parágrafo 2º do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS - Presidente; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro.

SESSÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

Processo nº: 624979/77-FZ.
Interessado: EDSON BEZERRA LEITE
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 06, do Núcleo Rural Sobradinho II.
Relator: UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO

RESOLUÇÃO Nº 014

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade, e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro: UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO,

R E S O L V E:

autorizar o arrendamento do lote nº 06 do Núcleo Rural Sobradinho II, ao Sr., EDSON BEZERRA LEITE, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS - Presidente; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro.

Sessão de 13 de janeiro de 1978
Processo nº 02474/74 -FZ
Interesado SIMAO GUIMARAES DE SOUZA
Assunto Requer o arredamento do lote nº 09, do Nucleo Rural Riacho das Pedras.
Relator RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇAO Nº 022

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL em sua 240ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto , e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto , manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural ;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando , finalmente , o parecer do Senhor Relator do processo , Conselheiro : RUY DE ARAUJO CALDAS,

RESOLVE:

autorizar o arrendamento do lote nº 09, do Nucleo Rural Riacho das Pedras, ao Sr. SIMAO GUIMARAES DE SOUZA, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS -Presidente; JOAO ALCIDES HOMAR - Conselheiro ; JAYME LEIRO VILAN -Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO -Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro

SESSÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

Processo nº: 620131/77-FZ
Interessado: JOSÉ COSTA BRASILEIRO
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 42, da Colônia Agrícola Estanislau.
Relator: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO: 023

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuídas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assitência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade, e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do Processo, Conselheiro RUY DE ARAUJO CALDAS,

RESOLVE:

Autorizar o arrendamento do lote nº 42, da Colônia Agrícola Estanislau, ao Sr, JOSÉ COSTA BRASILEIRO, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS-Presidente; JOÃO ALCIDES HOMAR-Conselheiro; JAYME LEIRO VILAN-Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO-Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS-Conselheiro

SESSÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

Processo nº: 4629/71-FZ
Interessado: ROMANO AVIANI
Assunto: Requer o arrendamento do lote nº 37, do Núcleo Rural do Rio Preto.
Relator: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº 024

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando a viabilidade técnica e financeira do projeto, manifestada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro: RUY DE ARAUJO CALDAS,

R E S O L V E:

autorizar o arrendamento do lote nº 37, do Núcleo Rural do Rio Preto, ao Sr. ROMANO AVIONI, nos termos do Decreto nº 2.739/74.

PEDRO DO CARMO DANTAS - Presidente; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro ; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro - RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro.

SESSÃO DE 13 DE JANEIRO DE 1978

Processo nº: 625627/77-FZ.
Interessado: DEPARTAMENTO DE TERRAS RURAIS
Assunto: Propõe a criação da Área Isolada nº 01, Fazenda Monjolo, localizada em Planaltina.
Relator: RUY DE ARAUJO CALDAS

RESOLUÇÃO Nº 027

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, em sua 240ª Sessão Ordinária e usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 18 do Estatuto, e,

considerando que o Departamento de Terras Rurais instruiu o processo literalmente dentro das normas estatuidas pelo Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974;

considerando o parecer favorável da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB, às peças 07/09;

considerando a Decisão nº 159/77 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, às peças 16;

considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica da Entidade; e,

considerando, finalmente, o parecer do Senhor Relator do processo, Conselheiro: RUY DE ARAUJO CALDAS,

R E S O L V E:

autorizar a criação da Área Isolada nº 01, Fazenda Monjolo, localizada em Planaltina, com 25,36,26 hectares, conforme memorial descritivo e plantas às peças 02 e 03 deste processo.

PEDRO DO CARMO DANTAS-Presidente; JAYME LEIRO VILAN - Conselheiro; JOÃO ALCIDES HOMAR - Conselheiro; UMBERTO MANCEBO DE ARAUJO - Conselheiro; RUY DE ARAUJO CALDAS - Conselheiro.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE TRANSITO

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 822/77-DETRAN-DF, 09 DE DEZEMBRO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 397936/77,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0113103-Y-001, profissional A, expedida pelo DETRAN-DF em nome de IRENIO CORREIA DA SILVA pelo prazo de 02 (dois) meses de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AE-4609 DF, não licenciado para esse fim

Brasília-DF, 09 de Dezembro de 1977
JUAREZ ARRUDA GOMES DE SA - Bel -. Diretor Substituto

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 020/78-DETRAN-DF, 05 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395020/78,

RESOLVE:

DESIGNAR os médicos ORLANDO MARANHÃO GOMES DE SÁ CRM-DF 750: WILANDA DANTAS QUEIROGA DE ASSIS CRM-DF 2308 e JOSÉ MARIO COSTA CRM-DF 1794, para, sob a presidência do primeiro e na forma do artigo 153 § 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito constituirem Junta Médica Especial e no dia 06 de janeiro do ano em curso examinarem o Sr. LUIZ CARLOS MARQUES DA SILVA, para fins de renovação da Carteira Nacional de Habilitação.
Brasília-DF, 06 de Janeiro de 1978
JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ - Diretor Substituto

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 021/78-DETRAN-DF, 05 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, ítem X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 398222/77.

RESOLVE:

DESIGNAR os médicos ORLANDO MARANHÃO GOMES DE SÁ CRM-DF 750; JOÃO BATISTA TEIXEIRA PINTO CRM-DF 2196 e VICENTE DE MELO CRM-DF 1780 para, sob a presidência do primeiro e na forma do artigo 153 § 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito constituirem Junta Médica Especial eno dia 06 de janeiro do ano em curso examinarem o Sr. JOSÉ ALVES, para fins de renovação da Carteira Nacional de Habilitação.
Brasília-DF, 05 de Janeiro de 1978
JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ - Diretor Substituto

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 022 DE 09 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN-DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976.

RESOLVE:

Designar BERNARDO AMORIM COSTA, Auxiliar Técnico de Administração, Nível EP - 13, matrícula nº 00072/DETRAN, para substituir em seus impedimentos eventuais, o Supervisor de Transporte e Administração da Sede do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 023/78-DETRAN-DF, 11 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395038/78,

RESOLVE:

DESIGNAR os médicos ORLANDO MARANHÃO GOMES DE SÁ CRM-DF; JOÃO BATISTA TEIXEIRA PINTO CRM-DF 2196 e VICENTE DE MELO CRM-DF 1780, para, sob a presidência do primeiro e na forma do artigo 153 § 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito constituirem Junta Médica Especial e no dia 13 de Janeiro do ano em curso examinarem o Sr. JOSÉ BERNARDES VIVAS, para fins de renovação da Carteira Nacional de Habilitação.
Brasília-DF, 11 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/78-DETRAN-DF, 04 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395057/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0.099.946-GO-001, profissional C, expedida pelo DETRAN-GO em nome de JOSÉ REMIGIO DE OLIVEIRA pelo prazo de 01 (hum) mês de acordo com o artigo 199, inciso XI do Regumento do Cógido Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter dirigido o veículo placa BD 0680 GO de categoria para o qual não se encontra habilitado.

Brasília-DF, 04 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 035/78-DETRAN-DF, 29 DE DEZEMBRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395058/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0086349-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN-DF em nome de SEBASTIÃO ANTONIO DE FREITAS pelo prazo de 01 (hum) mês de acordo com o artigo 199, inciso I do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter permitido que pessoa não habilitada dirigisse o veículo placa MT 060 DF.
Brasília-DF, 29 de Dezembro de 1977
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 036/78-DETRAN-DF, 04 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395059/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0033303-Y-001, profissional C, expedida pelo DETRAN-DF em nome de FRANCISCO INÁCIO PAIVA pelo prazo de 01 (hum) mês de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AD-9580 DF, não licenciado para esse fim.

Brasília-DF, 04 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 037/78-DETRAN-DF, 05 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395075/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0099684-Y-001, profissional A, expedida pelo DETRAN-DF em nome de NIVALDO JOSÉ DE BRITO FILHO, pelo prazo de 02 (dois) meses de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa CE-5692 RJ, não licenciado para esse fim
Brasília-DF, 05 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 038/78-DETRAN-DF, 06 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395077/78.

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0005073-Y-001, profissional C, expedida pelo DETRAN-DF em nome de DOMINGOS MARTINS DE OLIVEIRA pelo prazo de 01 (hum) mês de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AE-0706 DF, não licenciado para esse fim

Brasília-DF, 06 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 046 DE 12 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN/DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XXVI do regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976.

RESOLVE:

Designar ADAUTO DE ALMEIDA MELO, Datilógrafo, Nível EP -10, matrícula nº 00309/DETRAN, para substituir a Assistente da GETRAN, símbolo EC-07, da Gerência de Engenharia de Trânsito do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, servidora NILZA AFFONSO, Assistente da GETRAN, símbolo EC-07, matrícula nº 00030/DETRAN, no período de 02/01 a 31/01/78, por motivo de férias da titular.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor - Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 058/78-DETRAN-DF, 11 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395040/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0041883-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN-DF em nome de LOURIVAL BRAGA pelo prazo de 01 (hum) mês de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AM 2215 DF, não licenciado para esse fim.
Brasília-DF, 11 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 059/78-DETRAN-DF, 12 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395049/78.

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0012854—Y—001, profissional A, expedida pelo DETRAN-DF em nome de ZENITO SANTANA DO VALE pelo prazo de 01 (hum) mês de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AD-8761-DF, não licenciado para esse fim.
Brasília-DF, 12 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 060/78-DETRAN-DF, 12 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395082/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0072301-Y-001, profissional A, expedida pelo DETRAN-DF em nome de RAIMUNDO SANTANA pelo prazo de 03 (três) meses de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AM-7659-DF, não licenciado para esse fim.

Brasília-DF, 12 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 061/78-DETRAN-DF, 12 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395086/78,

RESOLVE:

DESIGNAR os médicos ORLANDO MARANHÃO GOMES DE SÁ CRM-DF 750; JOÃO BATISTA TEIXEIRA PINTO CRM-DF 2196 e VICENTE DE MELO CRM-DF 1780, para, sob a presidência do primeiro e na forma do artigo 153 § 1º do Regulamento do Código Nacional de Trânsito constituírem Junta Médica Especial e no dia 13 de janeiro do ano em curso examinarem o Sr. JOSÉ ARIMATÉIA DE FARIAS, para fins de renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

Brasília-DF, 12 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 062/78-DETRAN-DF, 10 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395133/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0020942-Y-001, profissional C, expedida pelo DETRAN-DF em nome de JOÃO ANTONIO DUARTE pelo prazo de 02 (dois) meses de acordo com o artigo 199m inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AD-3656 DF, não licenciado para esse fim.

Brasília-DF, 10 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 063/78-DETRAN-DF, 10 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395134/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 1.793.731, amador, expedida pelo DETRAN-SP em nome de VALDEMIR NUNES DA SILVA pelo prazo de 02 (dois) meses de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AM-9857 DF, não licenciado para esse fim.

Brasília-DF, 10 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 070/78 - DETRAN-DF, 10 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395160/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0040492-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN/DF em nome de IGUATEMY AMANCIO DOS SANTOS pelo prazo de 01 (hum) mês de acordo com o artigo 199, inciso I do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter permitido que pessoa não habilitada dirigisse o veículo placa AH 2722 - DF.

Brasília - DF, 10 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 071/78 - DETRAN - DF, 10 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que lhe consta do processo nº 395161/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0089491-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN-DF em nome de MANUEL CORDEIRO DOS SANTOS pelo prazo de 01 (hum) mês de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AE-0736-DF, não licenciado para esse fim.

Brasília-DF, 10 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 072/78 - DETRAN - DF, 12 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de Dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395166/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0055451-Y-001, amador, expedida pelo DETRAN-DF em nome de MARIA LUCIA HEMERLI MADEIRA pelo prazo de 01 (hum) mês de acordo com o artigo 199, inciso I do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter premitido que pessoa não habilitada dirigisse o veículo placa AA -5662 DF.

Brasília, DF 12 de Janeiro de 1978
JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 074/78-DETRAN-DF, 12 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1.976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395168/78.

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação, com prontuário nº 72.574, amador, expedida pelo DETRAN-DF em nome de JOAO PINHEIRO DAS DORES pelo prazo de 02 (dois) meses de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AG-9083-DF, não licenciado para esse fim.

Brasília-DF., 12 de Janeiro de 1.978.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº 075/78-DETRAN-DF, 13 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1.976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395174/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0000761-Y-001, profissional C-2, expedida pelo DETRAN-DF, em nome de FRANCISCO SALES DE LIMA OLIVEIRA, pelo prazo de 02 (dois) meses de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AL-7233-DF, não licenciado para esse fim.

Brasília-DF, 13 de janeiro de 1.978.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº 076/78-DETRAN-DF, 13 DE JANEIRO DE 1978.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1.976, e tendo em vista o que consta do processo nº 395175/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 68.04964, profissional C-2, expedida pelo DETRAN-DF, em nome de AMADEU MACHADO CORREA pelo prazo de 02 (dois) meses de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AI-8988-DF, não licenciado para esse fim.

Brasília-DF., 13 de janeiro de 1.978.

JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 077/78—DETRAN—DF, 12 de janeiro de 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395177/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 72-49568, profissional C-2, expedida pelo DETRAN—DF em nome de JOSÉ CAZIMIRO pelo prazo de 02 (dois) meses de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa CA-4418-DF, não licenciado para esse fim.

Brasília-DF, 12 de janeiro de 1978

JOSEVAL BRITO VARNEIRO
Diretor Geral

INSTRIÇÃO DE SERVIÇO Nº 078—DETRAN-DF, 13 de janeiro de 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, Item XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395178/78,

RESOLVE:

APREENDER a Carteira Nacional de Habilitação com prontuário nº 0042467-Y-001, PROFISSIONAL C, expedida pelo DETRAN—DF em nome de GERALDO DE FREITAS pelo prazo de 02 (dois) meses de acordo com o artigo 199, inciso XIII do Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

2. Em consequência fica o referido condutor SUSPENSO do direito de dirigir veículo automotor por igual prazo por ter efetuado transporte remunerado no veículo placa AC-7938-DF não licenciado para esse fim.

Brasília,DF, 13 de janeiro de 1978

JOSEVAL BRITO CARNEIRO — BEL
Diretor Geral

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

MI. CONV. SJ/SUP. 400/78

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA., E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, COM A INTERVENIÊNCIA DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, OBJETIVANDO REGULAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA SEGUNDA PARA O PRIMEIRO, NA FORMA ABAIXO:

Aos 11 dias do mês de janeiro de 1978, no Gabinete da Superintendência da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, presentes de um lado a SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASILIA LTDA., doravante designada simplesmente TCB, representada neste ato pelo seu Superintendente - Engº. DALMO PIMENTEL DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital e, do outro lado a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, doravante designada simplesmente NOVACAP, representada neste ato pelo seu Diretor Superintendente, Substituto, Engº. PAULO JANOT BORGES, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atuais estatutos da Empresa e autorizações dadas pela Diretoria e Conselho de Administração da NOVACAP, em suas 1.308ª. e 1.182ª. sessões, realizadas em 21.12.77, com a interveniência da COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, doravante denominada simplesmente CODEPLAN, representada neste ato pelo seu Superintendente - Senhor LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente convênio, medianate as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A NOVACAP se obriga a executar para a TCB, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados, os serviços decorrentes da emissão de folhas de pagamento, compreendendo: contra-cheques, folhas analíticas e sintéticas, relação de descontos, cálculos de cédulas, resumo geral e por folha, listagem alfabéticas e numéricas.

PARÁGRAFO ÚNICO — Compete à CODEPLAN, como intervenientes, acompanhar a execução dos serviços mencionados nesta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA — A NOVACAP se obriga a reservar para a TCB, 05 (cinco) horas mensais, destinadas a execução dos serviços mencionados na cláusula anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO — Se o volume dos serviços solicitados pela TCB for superior à capacidade de execução, dentro do limite de horas fixado, fica a NOVACAP com o livre arbítrio do atendimento, dependendo da disponibilidade de horas.

CLÁUSULA TERCEIRA — A TCB fornecerá à NOVACAP, através do seu Serviço de Pessoal, os boletins de alterações de cadastro e as relações de descontos em folha.

CLÁUSULA QUARTA — A TCB fornecerá à NOVACAP, os impressos e cartões necessários à execução dos serviços mencionados na cláusula primeira.

CLÁUSULA QUINTA — A TCB pagará à NOVACAP pela prestação dos serviços discriminados na cláusula primeira, a importância de Cr$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros) por hora bloqueada.

CLÁUSULA SEXTA — O preço fixado na cláusula anterior será reajustado na oportunidade em que a Comissão Interministerial de Preços "CIP" houver anuído em aumentar os preços vigorantes para o aluguel a ser pago à IBM.

CLÁUSULA SÉTIMA — As despesas com a execução do presente convênio correrão por conta da dotação 31.4.00 - Serviços de Terceiros, Subelemento 31.4.16 - Locação de Serviços Especializados do Orçamento da TCB - exercício de 1978.

CLÁUSULA OITAVA — A TCB pagará mensalmente à NOVACAP, mediante fatura a ser emitida pelo Departamento de Finanças da NOVACAP, a importância correspondente ao valor das horas bloqueadas a cada mês anterior.

CLÁUSULA NONA — O prazo de vigência do convênio será de 12 meses a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da NOVACAP.

PARÁGRAFO ÚNICO — O presente convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante acordo das partes convenentes, cabendo à parte interessada a obrigação de formular, por escrito, com antecedência de 60 (sessenta) dias, o propósito da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA — Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida relativa ao cumprimento do presente instrumento, renunciando as partes qualquer outro que tenham ou venham ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as cláusulas, mandaram datilografar o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, na presença das duas testemunhas adiante nomeadas e assinadas, a todo ato presentes, vai pelos convenentes assinado, que se obrigam a cumpri-lo e fazê-lo, cumprir, por si e seus sucessores, tão inteiro e fielmente como nele se contém.

Brasília-DF, 11 de janeiro de 1978

Pela TCB - DALMO PIMENTEL DOS SANTOS; Pela NOVACAP - PAULO JANOT BORGES; Pela CODEPLAN - LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO; TESTEMUNHAS - GILBERTO SOBRAL e ELIENE SOARES DE SOUZA.

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE BRASÍLIA.

Em cumprimento ao disposto ao art. 550 da C.L.T., alterado pelo § 6º da Lei nº 6.386, de 09.12.76, publicamos em resumo, os créditos adicionais e suplementares à proposta orçamentária do exercício de 1977, desta Entidade, aprovados em Assembléia Geral Extraordinária de Associados, realizada no dia 29.12.77.

RECEITAS

CÓDIGO	CONTAS DESIGNAÇÕES	AUMENTOS	DEDUÇÕES	TOTAL
11	RENDA TRIBUTÁRIA			
111	Contribuição Sindical	330.000,00		330.000,00
12	RENDA SOCIAL			
112	Mensalidades	28.500,00		28.500,00
129	Outras Rendas		40.000,00	
13	RENDA PATRIMONIAL			
131	Alugueis de imóveis	153.700,00		153.700,00
14	RENDA EXTRAORDINÁRIA			
143	Infrações			
	Multa de mora s/C.Sindical..			
149	E v e n t u a i s	94.000,00		94.000,00
		606.200,00	40.000,00	606.200,00

DESPESAS - CRÉDITOS ADICIONAIS

CÓDIGO	CONTAS DESIGNAÇÕES	SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	REDUÇÕES
21	ADMINISTRAÇÃO GERAL			
211	Diretoria	60.000,00		
212	Departamentos	198.900,00		
219	Diversas Despesas	6.300,00		
22	CONTRIBUIÇÕES REGULAMENTARES			
221	Gov. Fed. C/Em.Salário.....	66.000,00		
222	Federação	37.000,00		
223	Confederação	29.000,00		
23	ASSISTÊNCIA SOCIAL			
233	Assistencia Dentaria	47.000,00		
235	Assistencia Judiciaria ...	16.000,00		
25	ASSISTÊNCIA TÉCNICA			
259	Serviços	-0-		
26	DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS			
262	M u l t a s	13.000,00		
	TOTAL DO CUSTEIO	473.200,00		
	APLICAÇÃO DE CAPITAL			
311	Bens imóveis	105.000,00		
312	Bens móveis	42.500,00		
315	Veículos			15.000,00
	TOTAL GERAL	620.700,00		15.000,00

PRESIDENTE TESOUREIRO CONTADOR

(DAR, de 27.01.78 - Cr$ 490,00)

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FAZEM O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA E A FIRMA CONSTRUTURA ELDORADO LTDA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE DUAS (02) ESCOLAS CLASSES (TIPO COLORIDAS), E SUAS URBANIZAÇÕES, BEM COMO A URBANIZAÇÃO DE DUAS PRAÇAS, SITUADAS NA EQNN - 3/5 E EQNN 6/8, EM CEILÂNDIA-TAGUATINGA-DF, **NA FORMA ABAIXO**.

Aos 24 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito (1978), no Palácio do Buriti, presentes de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor Governador, Engenheiro ELMO SEREJO FARIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no uso das atribuições que lhe confere o art. 20, item XII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e pelo Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Educação e Cultura e pelo Senhor VITAL DE MORAES ANDRADE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador Regional de Taguatinga, e do outro a Firma CONSTRUTORA ELDORADO LTDA, estabelecida em Brasília, no Setor de Indústria e Abastecimento Q. 03 - nº 855, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 07202294/0001-86, doravante denominada simplesmente EMPREITEIRA, neste ato representada pelo Senhor FRANCISCO AGUIAR CARNEIRO, brasileiro, casado, Engenheiro, portador do CPF - nº 000486231-72, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Diretor Gerente, tendo em vista o resultado da Tomada de Preços nº 33/77 - CL-RA-III, cujo Edital, Anexos I e II, Especificações, Projetos, Pranchas e proposta da Firma vencedora, passam a integrar este ajuste, como se nele transcritos fossem, têm entre si ajustado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - Por este instrumento obriga-se a EMPREITEIRA a executar para o DISTRITO FEDERAL através da Administração Regional de Taguatinga, sob o regime de EMPREITADA por Preço Global, a execução de duas (02) Escolas Classes (tipo coloridas) com a área de 1.700m2 cada, compostas de 12 (doze) salas de aula, administração, sanitários e vestiários, cantina, caixa d'água, casa do zelador, pátio coberto e mais detalhes que compõem o projeto de arquitetura e especificações, bem como urbanização de duas (02) Praças situadas à EQNN - 3/5 e EQNN - 6/8, em Ceilândia-Taguatinga-Distrito Federal, tudo de acordo com o projeto e especificações. PARÁGRAFO ÚNICO - As obras descritas nesta cláusula serão executadas, no que couberem, na conformidade do disposto no Decreto-Lei nº 200

de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 73.140 de 09 de novembro de 1973, Normas Técnicas (ABNT), Decreto nº 52.147, de 25 de junho de 1963, Código de Edificações das Cidades Satélites do Distrito Federal, bem como das Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA SEGUNDA - Importa o presente contrato em CR$. 9.922,958,86 (nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e oito cruzeiros e oitenta e seis centavos),valor este que se entende desde logo,fixo e irreajustável sob qualquer hipótese. PARÁGRAFO ÚNICO Os recursos mencionados nesta cláusula são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1977, correndo à conta do Elemento : 4.1.2.0 - Serviços em Regime de Programação Especial, conforme Nota de Empenho nº 003 /78 - SEC , no valor de CR$.9.922.958,86 (nove milhões, novecentos e vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e oito cruzeiros e oitenta e seis centavos), emitida pela Secretaria de Educação e Cultura. CLÁUSULA TERCEIRA - Os pagamentos dos recursos mencionados na Cláusula Anterior, serão efetuados pela Secretaria de Finanças, na conformidade do cronograma físico-financeiro, aprovado pelo Distrito Federla, através da Administração Regional de Taguatinga, em parcelas, mediante a apresentação de faturas após conferência, registro e autorização, para cada caso, devidamente atestadas pelo executor deste ajuste, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes, devendo ser retido de cada uma dessas faturas 5% (cinco por cento) do seu valor, a título de reforço de caução. PARÁGRAFO PRIMEIRO-A caução inicial no valor de CR$. 60.000,00(sessenta mil cruzeiros) e o respectivos reforços somente poderão ser levantados após o recebimento definitivo das obras,que deverá verificar-se no prazo máximo até 60(sessenta) dias contados do recebimento provisório.PARÁGRAFO SEGUNDO- Não serão devolvidos a caução inicial, respectivos reforços e multas parciais, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da EMPREITEIRA, sem prejuízo de indenização por perdas e danos porventura devidos ao Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga . PARÁGRAFO TERCEIRO - A soma das retenções relativas a caução inicial e seu reforço, não vencerá juros. CLÁUSULA QUARTA -Impenderá à EMPREITEIRA o pagamento de todo material necessário a execução das obras, salários e seus complementos, tributos, responsabilidade civil por quaisquer danos causados ao DISTRITO FEDERAL e a terceiros, encargos sociais, enfim, toda e qualquer despesa necessária ao fiel cumprimento das obrigações ora assumidas. PARÁGRAFO ÚNICO - A EMPREITEIRA designará em caráter permanente, um Engenheiro legalmente habilitado para dirigir a execução das obras, bem como um Encarregado-Geral e auxiliar de comprovada competência profissional. CLÁUSULA QUINTA- O prazo para conclusão dos serviços é de 120 (cento e vinte) dias, contados da assinatura do contrato. PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo mencionado nesta cláusula só poderá ser prorrogado nos seguintes casos: I) paralização dos serviços por causa de chuvas, devidamente comprovada pela Fiscalização; II) quando houver paralização ou restrição na execução dos trabalhos, por determinação expressa da Administração Regional de Taguatinga; III) quando houver falta de elementos técnicos cujo fornecimento seja de responsabilidade da referida Administração Regional de Taguatinga. CLÁUSULA SEXTA - O recebimento provisório da obra dar-se-á a requerimento da EMPREITEIRA, no término do serviço, por Comissão, para tal fim designada pelo Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, tornando-se definitivo até 60 (sessenta) dias após,sem prejuízo do disposto no artigo 1.245, do Código Civil . CLÁUSULA SÉTIMA - Pelo descumprimento de qualquer das cláusula integrantes deste contrato, sujeitar-se-á a EMPREITEIRA às penalidades previstas no artigo 56 e seguintes do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, ratificado pelo Decreto nº 1.850, de 17 de novembro de 1971, sem prejuízo das demais estipuladas no Edital. PARÁGRAFO ÚNICO - A EMPREITEIRA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para a assinatura do contrato, contados da data da convocação, sob pena, pelo não atendimento, de perda da caução inicial e pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato. CLÁUSULA OITAVA - Operar-se-á de pleno direito a rescisão automática deste ajuste, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula anterior, quando ocorrerem: I) falência ou dissolução da EMPREITEIRA; II) transferência no todo ou em parte, do objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência do Distrito Federal, através da Administrçaão Regional de Taguatinga; III) embargo ou impedimento a que fiscais, do Distrito Federal, designados pelo órgão competente tenham livre acesso à obra; IV) não ressarcimento por perdas e danos, causados a terceiros, resultantes da execução dos serviços; V) retardamento no início das obras, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Execução de Serviço; VI) paralização dos trabalhos, sem justificativa aceita pelo Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, por período igual ou superior a 10 (dez) dias; VII) recusa em prestar os serviços objeto deste contrato, no todo ou em parte; VIII) atraso na entrega das obras até 30 (trinta) dias ulteriores ao prazo previsto na Cláusula Quinta, sem que, o DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga aceite a justificativa do retardamento e IX) descumprimento das obrigações estipuladas no Edital. PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ocorrendo uma das hipóteses previstas para rescisão do contrato, as instalações e equipamentos pertencentes a EMPREITEIRA e que integram o canteiro de obras serão entregues ao DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas para garantir a continuidade dos serviços . PARÁGRAFO SEGUNDO - Este contrato poderá, também , ser rescindido por mútuo acordo de vontades. CLÁUSULA NONA - Os débitos para com o DISTRITO FEDERAL , decorrentes do presente instrumento serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados mediante execução nos termos do Código de Processo Civil. CLÁUSULA DÉCIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Taguatinga, designará um executor , para o presente contrato ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes.PARÁGRAFO ÚNICO - A supervisão técnica dos serviços a serem executados caberá à Divisão Regional de Fiscalização e Licenciamento de Obras da Administração Regional de Taguatinga, nos termos das Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da EMPREITEIRA, expirando-se após o integral cumprimento das obrigações ora assumidas. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento . E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou-se o presente em folhas avulsas que integrarão o Livro de Registro de Contratos e Convênios da la. Subprocuradoria-Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 07 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. EM TEMPO: no preâmbulo onde se lê: WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO; LEIA SE: EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS, brasileiro, casado, na qualidade de Secretário de Educação e Cultura, Substituto

PELO DISTRITO FEDERAL (as.) _____
ELMO SEREJO FARIAS

(as.) _____
WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO

(as.) _____
VITAL DE MORAES ANDRADE

PELA EMPREITEIRA (as.) _____
FRANCISCO AGUIAR CARNEIRO

TESTEMUNHAS (as.) _____
BRAS ANTONIO MACIEL PINHEIRO

(as.) _____
MARIA APARECIDA XAVIER

V I S T O.
Em,25.01.1978

JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
1º Subprocurador-Geral do DF
Substituto

(DAR, de 23.01.78 - Cr$ 1.840,00)

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/78, FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL (FEDF) E O INSTITUTO DE CULTURA INFANTIL LTDA (INSTITUTO) (PROCESSO Nº 435785/77-FEDF).

OBRIGAÇÕES: - O INSTITUTO colocará à disposição da FEDF, a título gratuito, 20 (vinte) vagas destinadas a pré-escolares, em sua Escola Maternal

e Jardim de Infância CANDANGUINHO, situada no SEP-SUL-EQ. 7/3/9/3-LOTE «D».

- A FEDF colocará à disposição do INSTITUTO, um professor de 1º e 2º Graus.

DESPESA COM PUBLICAÇÃO: - FEDF
VIGÊNCIA: - Indeterminado

DATA DE ASSINATURA: - Brasília-DF., 05 de janeiro de 1978.
PARTES CONVENENTES: -

EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS - Diretor-Executivo da FEDF; MIGUEL CRIVARO - Presidente do INSTITUTO; TESTEMUNHAS: 1. HORTÊNCIA MARIA PINTO BARROS; 2 - DIOLANDA MOREIRA VEIGA

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

UNIÃO S.A.
CMÉRCIO E INDÚSTRIA
CGC: 00397877/0001
INSC: 070553475

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Diretoria da UNIÃO S.A., convoca os senhores acionistas para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária na sede social da empresa, sita no Ed. Denasa - Conj. 402 - S.C.S., às 20:00 horas do dia 06 de fevereiro de 1978, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

01 - Adaptação do Estatuto Social da empresa aos preceitos da Lei nº 6404 de dezembro de 1976;

02 - Assuntos de interesse da empresa.

Brasília-D.F., 31 de janeiro de 1978
A diretoria

(DAR de 30-01-78, de Cr$ 495,00) (Dias 31, 1 e 2)

SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE BRASÍLIA

EDITAL

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS MOTORISTAS

Em cumprimento ao disposto no Art. 605 da Consolidação das Leis do Trabalho, ficam notificados, pelo presente, todos os CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS (proprietários de auto de aluguel e de caminhão de carga-TA-Dec. 51.727, de 20.02.63, DOU de 22.02.63) : bem como os auxiliares de condutores autônomos (Lei nº 6094, de 30.08.74), que exercem a atividade nesta cidade e nas localidades compreendidas na base territorial deste Sindicato, de acordo com a redação dada pela Lei 6.386. de 09.12.76 (DOU de 10.12.76) ao inciso II do art. 580, da CLT a recolher sua CONTRIBUIÇÃO SINDICAL do exercício de 1978, na importância de Cr$ 132,00 (cento e trinta e dois cruzeiros).

A falta de pagamento da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL dentro do prazo (MÊS DE FEVEREIRO - art. 583 da CLT, conforme redação dada pela Lei nº 6.386/76), sujeitará o contribuinte às penalidades previstas no art. 600 da CLT com a redação dada pela Lei nº 6.181, de 11.12.74), a seguir transcrita:
"O recolhimento da contribuição sindical efetuado fora do prazo referido neste Capítulo, quando espontâneo será acrescido da multa de 10% (dez por cento), nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento), por mês subsequente do atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, ficando, nesse caso, o infrator, isento de outra penalidade".

Nos termos do Art. 608, da CLT, as repartições públicas federais estaduais, municipais ou autárquicas, inclusive, por tanto, o INPS, Delegacias de Polícias, Detran e Prefeitura, não poderão conceder registro ou licença para o exercício inicial ou de renovação da atividade de Condutor Autônomo de Veículo Rodoviário (motoristas proprietários de automóvel de aluguel ou de caminhão de carga - TA, e auxiliar de consutor autônomo, nem poderão conceder ALVARÁ e outros documentos, sem que seja exibida a prova de quitação da CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, o que não se confunde com o pagamento da mensalidade de associado ao Sindicato.

Tendo em vistas as instruções vigentes do INPS, (SAF - 201-4, de 20.06.72 e outras subsequentes), os Órgãos Coordenadores de Arrecadação e Fiscalização e as Agências do INPS, também deverão exigir a prova de quitação da Contribuição Sindical do corrente exercício.
Ainda de acordo com o parágrafo único do Art. 608 da CLT, acrescidos pela citada Lei nº 6.386/76, "a não observância do disposto neste artigo acarretará, de pleno direito, a nulidade dos atos nele referidos, bem como dos mencionados no Art. 607."

No caso de falta de pagamento da aludida contribuição, o Sindicato promoverá a respectiva COBRANÇA JUDICIAL, mediante ação própria (Portaria 62 de 21.07.1950 do MTPES), além de ser proibido trafegar com a documentação incompleta.

Brasília-DF, 25 de janeiro de 1978

BENEDITO PEREIRA SANTANA
Presidente - S.C.A.V.R.B

(DAR, de 27.01.78 - Cr$ 570,00)

FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS - D.F.
OBRA DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR - HDAL

COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA OBRA - CLO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/78 - C L O

A V I S O

A Comissão de Licitações da Obra do Hospital das Doenças do Aparelho Locomotor - HDAL, torna público, para conhecimento dos interessados que às 9:00 horas do dia 13 de fevereiro de 1978, estará reunida para receber e abrir os envelopes da documentação e das propostas referentes à Tomada de Preços em epígrafe.

OBJETO: Aquisição de tábuas de pinho de 1ª, chapas compensadas, pontaletes e peças de pinho do sul, destinadas à Obra do HDAL, situada no S.M.H.S - Quadra 301/501 Sul, de propriedade da Fundação das Pioneiras Sociais.

LOCAL DA LICITAÇÃO: S.M.H.S. - Quadra 301 Sul, canteiro da Obra (entrada pela rua frontal ao Edifício Pioneiras Sociais).

O EDITAL - Acha-se a disposição dos interessados a partir do dia 27 de janeiro de 1978, durante o horário normal de expediente, no Escritório do Canteiro da Obra, situado no S.M.H.S. - Quadra 301 Sul, na sala da Comissão de Licitações (entrada pela rua frontal ao Edifício Pioneiras Sociais).

Brasília-DF, 25 de janeiro de 1978.

ENGº J.F. CAMBRAIA
Presidente da CLO/HDAL
Fundação das Pioneiras Sociais

DAR de 25.01.78 - Cr$ 660,00) Dias 27 e 31

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S/A — CEASA/D.F.

SIA/SUL - QUADRA 7 - Nº 100 - FONE: 25-3020
CGC (MF) Nº 00.314.310/0001 — INSCRIÇÃO NO GDF Nº 070.009.619

BRASÍLIA — D.F.

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas e Membros do Conselho Fiscal da CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL S.A. — CEASA/DF convocados a se reunirem em sua sede, no Setor de Indústria e Abastecimento, Quadra 7, nº 100, nesta Capital, no dia 14 de fevereiro de 1978, às 16:00 horas, a fim de deliberarem os primeiros sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1. ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS SOCIAIS AOS PRECEITOS DA LEI Nº 6.404, DE 15.12.76 (Art. 296);
2. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL DA SOCIEDADE.

Brasília, 25 de janeiro de 1978

LUIZ HENRIQUE FERREIRA HORTA

Diretor-Presidente

(Dias 31, 1º e 2)